



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 21ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 8ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Partido Comunista do Brasil – PCdoB
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/3/2014

Presidência da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Wander Borges

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 637/2014 (encaminhando o Projeto de Lei nº 5.069/2014), do governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.070 a 5.074/2014 - Requerimentos nºs 7.486 a 7.492/2014 - Questões de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite e André Quintão - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Neider Moreira - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wander Borges.

Abertura

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Duílio de Castro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 637/2014*”



Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa egrégia Assembleia, o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tem por objetivo cobrir despesas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais nos projetos e atividades de planejamento, gestão e finanças, implantação de Núcleos de Assistência Jurídica Especializada e assistência jurídica.

Cabe esclarecer, por oportuno, que o crédito será viabilizado à conta de excesso de arrecadação, superávit financeiro da receita de Convênios e anulação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, V, da Constituição da República.

Anoto, por fim, que as regras inscritas no projeto decorrem de proposta a mim formulada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, consubstanciando o resultado de estudos desenvolvidos pela Pasta em sintonia com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 5.069/2014

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, até o limite de R\$3.295.951,18 (três milhões duzentos e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos), para atender a:

I - outras despesas correntes, até o valor de R\$1.621.340,86 (um milhão seiscentos e vinte e um mil trezentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos); e

II - investimentos, até o valor de R\$1.674.610,32 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil seiscentos e dez reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I - do excesso de arrecadação de recursos de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades, do Convênio nº 50/2010, firmado em 30 de junho de 2010 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, no valor de R\$89.781,25 (oitenta e nove mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos);

II - do superávit financeiro de recursos de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades, do Convênio nº 050/2010, firmado em 30 de junho de 2010, entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, no valor de R\$1.318.515,77 (um milhão trezentos e dezoito mil quinhentos e quinze reais e setenta e sete centavos);

III - do superávit financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados, para contrapartida do Convênio nº 50/2010, firmado em 30 de junho de 2010 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, no valor de R\$31.822,35 (trinta e um mil oitocentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos);

IV - do excesso de arrecadação de recursos de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades, do Convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$6.374,86 (seis mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos);

V - do superávit financeiro de recursos de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades, do Convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$199.300,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos reais);

VI - do superávit financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados, para contrapartida do Convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$12.272,00 (doze mil duzentos e setenta e dois reais);

VII - do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, para contrapartida do Convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$402,21 (quatrocentos e dois reais e vinte e um centavos);

VIII - do superávit financeiro de Recursos Ordinários, para contrapartida do Convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais);

IX - do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, para contrapartida do convênio nº 777124/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012 entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor de R\$191,12 (cento e noventa e um reais e doze centavos);

X - do superávit financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$59.922,45 (cinquenta e nove mil novecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos);

XI - do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$104.493,67 (cento e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos);

XII - do superávit financeiro de recursos de Doações de Pessoas, de Instituições Privadas ou do Exterior a Órgãos e Entidades do Estado, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$2.175,50 (dois mil cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos);

XIII - do superávit financeiro de recursos de Alienação de Bens de Entidades Estaduais, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais);

XIV - do excesso de arrecadação da receita de Operações de Crédito Contratuais, no valor de R\$1.312.200,00 (um milhão trezentos e doze mil e duzentos reais);

XV - da anulação de dotação orçamentária de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, da atividade de Assistência Jurídica, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$145.800,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

Art. 3º - A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Alfredo Gonçalves Filho encaminhando a esta Assembleia pedido de que realize uma reunião no Instituto Federal do Sul de Minas - câmpus Muzambinho.

Do Sr. Antônio Augusto Rocha, procurador do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.942/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral de Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.003/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Bruno Machado Gomes, técnico administrativo da Procuradoria do Trabalho no Município de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.305/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Edmar Nunes Miranda, presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, solicitando a esta Assembleia, em atenção à Indicação nº 5/2014, aprovada pela referida Câmara, que envie esforços para combater o projeto que visa à proibição da utilização dos fogos de artifício no Estado do Rio de Janeiro.

Do Sr. Eduardo Henrique Soares Machado, promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.541/2013, das Comissões de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos.

Do Sr. Felipe Carvalho Cancela, gerente regional de Segurança do Banco do Brasil, comunicando celebração de convênio entre essa entidade e a PMMG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do FNDE, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Gil Antônio Diniz, presidente da Câmara Municipal de Contagem, encaminhando cópia da moção de repúdio formulada por essa Casa à Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais pela proposta de alteração da localização da vara designada para a Subseção Judiciária de Contagem. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Hanry Alves Coelho, diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.965/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Heliomar Valle da Silveira, prefeito de Pirapora, colocando-se à disposição desta Casa para participar dos debates sobre as dificuldades que enfrentam os municípios localizados às margens do Rio São Francisco, especialmente abaixo da Barragem de Três Marias, nos períodos de estiagem. (- À Cipe São Francisco.)

Da Sra. Isabel Pereira de Souza, presidente da Prodemge, encaminhando relatório com a síntese das informações transmitidas no encontro entre essa entidade e órgãos e entidades do governo com a finalidade de apresentar as ações estratégicas previstas para contenção de ataques cibernéticos durante a Copa do Mundo 2014. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. José Américo Leite Filho, diretor jurídico do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, encaminhando plano de mídia em atenção ao determinado no item 15 do Plano de Melhorias assinado entre operadoras de telefonia e a CPI da Telefonia. (- Anexe-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.445/2013, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.613/2013, do deputado Anselmo José Domingos, 6.885/2013, da Comissão de Assuntos Municipais, e aos requerimentos (2) da Comissão de Assuntos Municipais encaminhados por meio dos Ofícios nºs 3.607 e 3.627/2013/SGM.

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, secretário adjunto de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 410 e 2.338/2011 e 4.542/2013, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se aos referidos projetos de lei.)

Do Sr. Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.448/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Manoel Vitor de Mendonça Filho, vice-presidente executivo da Gerdau, comunicando a criação de estrutura que atenderá à expansão das atividades dessa empresa na área de mineração.

Do Sr. Marcelo Mattar Diniz, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.967/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Márcio Gonçalves Pinto, vereador da Câmara Municipal de Itaúna, solicitando seja realizada audiência pública da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas nesse município. (- À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.)

Do Sr. Marcos Alberto Barbosa de Carvalho, coordenador-geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (3), informando a celebração de convênios entre esse órgão e o Estado, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (10), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 6.909/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 4.956/2013, das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública; 2.846/2012, da Comissão de Segurança Pública; 6.665, 6.720, 6.734, 6.739 e 6.822/2013, da Comissão de Participação Popular; 1.889 e 1.890/2011, do deputado Elismar Prado; 5.235 e 6.531/2013, do deputado Sargento Rodrigues.

Do Sr. Mauricio Cecilio, presidente em exercício do Indi, agradecendo o envio de relatório institucional referente às atividades desta Casa.

Do Sr. Paulo Tremeceiro, da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas do Governo de Portugal, agradecendo o envio por esta Casa da revista *Barroco 20* e da monografia *Cantaria Barroca*.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 5.435 e 5.764/2013, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Rosilene Norberto solicitando a esta Casa a liberação de recursos da ordem de R\$600.000,00 para o Hospital Queluz, de Conselheiro Lafaiete. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.070/2014

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel com área de 7.620m² (sete mil seiscentos e vinte metros quadrados), integrante de área total de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situado nesse município, na localidade de Cedofeita, registrado sob o n° 1.530, a fls. 217 do Livro 3 de Transcrição da Transmissão, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matias Barbosa.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à construção de casas populares.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados a partir da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2014.

Lafayette de Andrada

Justificação: Em 1951, o Município de Matias Barbosa entendeu por bem doar ao Estado área de 10.000m² a fim de que no local fosse construído prédio onde funcionaria uma escola rural.

O agente donatário atendeu à finalidade estipulada, bastando-lhe para isso ocupar área de 2.380m².

Considerando-se que a área é sobejamente suficiente para que a escola estadual ali instalada possa expandir-se e construir instalações destinadas à prática de educação física e que a área remanescente encontra-se totalmente ociosa, é oportuno que se atenda à vontade do chefe do Executivo Municipal de construir no local um conjunto habitacional destinado às famílias de baixa renda.

Com efeito, a pretendida doação representa ato de longo alcance social, por possibilitar ao poder público dar andamento à política de oferecer casa própria a larga faixa da população menos favorecida.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.071/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Perobas - AMAP -, com sede no Município de Jequitibá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Perobas - AMAP -, com sede no Município de Jequitibá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2014.

Gláycen Franco

Justificação: A Associação dos Moradores e Amigos de Perobas, com sede no Município de Jequitibá, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade cultural, que visa coletar e difundir conhecimentos sobre questões sociais e de ética ligados à promoção humana dentro da diversidade cultural, aprofundar temas ligados a política, cultura, história, turismo e meio ambiente e fomentar e apoiar ações de promoção social.



A entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem. Atende, dessa forma, aos requisitos legais. O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública da associação encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo aos meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.072/2014

Assegura direitos às vítimas da prática de infrações penais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A vítima da prática de infrações penais será comunicada dos atos relativos à instauração e conclusão do inquérito policial, de sua remessa ao Poder Judiciário pela Polícia Civil do Estado, bem como da decisão que recebe ou rejeita a denúncia ou queixa-crime, do ato que acolhe ou rejeita o arquivamento do inquérito policial e do término do prazo para oferecimento da ação penal.

Art. 2º - A notificação poderá ser realizada mediante carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico, podendo ser dirigida aos familiares da vítima em caso de morte, menoridade ou desaparecimento.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2014.

Sargento Rodrigues

Justificação: Pretende-se com a presente proposição assegurar às vítimas de atos infracionais o direito de ser avisada sobre a ocorrência de alguns dos atos processuais realizados no curso do inquérito policial instaurado para apuração da responsabilidade do suposto agressor.

Vislumbra-se com esta proposição fazer frente à necessidade de permitir à vítima o acompanhamento dos atos relativos ao devido processo legal, auxiliando, de igual modo, o controle quanto a qualidade dos serviços prestados pela polícia judiciária.

Ora, durante muito tempo a vítima foi tratada de forma indiferente e desumana, enquanto a legislação pátria, em especial a Constituição da República, assegura a publicidade dos atos, salvo se classificados como sigilosos:

“Art. 5º - (...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação;

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

(...)

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;”

Nessa esteira, tem-se ainda que o constituinte originário fez garantir como direitos fundamentais o contraditório e a ampla defesa, oportunizados pelo conhecimento dos atos processuais, tal como se propõe:

“Art. 5º - (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Assim, este projeto de lei busca adequar o tratamento concedido à vítima, em especial na fase investigatória, na medida em que institui o direito de ser notificada dos atos processuais, permitindo o acompanhamento das investigações.

Pelos motivos expostos é que contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.073/2014

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica desafetado o trecho da Rodovia MGC - 265, Km 2,5, entre o Bairro Franco Suíço e a ponte sobre o córrego divisório.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Muriaé a área de que trata o art. 1º.

Parágrafo único - A área a que se refere o *caput* deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Muriaé e se destinará à instalação de via urbana.

Art. 3º - O trecho de rodovia objeto da doação reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2014 .

Braulio Braz

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho que especifica.



Essa doação é de suma importância para o desenvolvimento do município, uma vez que se localiza em área de grande atividade industrial. Além disso, com a transferência do citado terreno ao Município de Muriaé será possível a implantação de políticas públicas de incentivo ao crescimento econômico da cidade, com geração de emprego e renda, o que terá, sem dúvida, reflexos na melhoria da qualidade de vida da população.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.074/2014

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede em Almenara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede em Almenara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2014.

Duilio de Castro

Justificação: A Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede em Almenara, tem por escopo oferecer serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais de proteção social especial de média complexidade, como acolhimento, orientação e informação sobre direitos previdenciários e trabalhistas, análise da necessidade e da solicitação de acompanhamento familiar ao idoso e também estudo social de caso para averiguar a necessidade de encaminhamento para a secretária municipal de saúde e outros. Além disso, fornece aos idosos orientação com relação aos serviços dos equipamentos públicos (cartório, ministério público etc.). Portanto, a entidade oferece atendimento e promove bem-estar e qualidade de vida aos idosos.

Desta forma, para validar a declaração de utilidade pública da entidade, conto com o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.486/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 25 de março, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de cerca de 10kg de maconha e na prisão de dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.487/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Fábio Moraes Werneck, delegado de polícia da 2ª Delegacia de Polícia Civil de Mateus Leme pela competência com que tem atuado para a diminuição da criminalidade nesse município.

Nº 7.488/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Maj. PM Carlos Gomes da Costa, comandante da 7ª Cia. PM IND/2ªRPM, e o 2º-Ten. PM Giovanni Aparecido da Nóbrega, comandante do 5º Pelotão da 7ª Cia. PM IND, pelos bons serviços prestados à população de Mateus Leme. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.489/2014, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre quantos aparelhos glicosímetros da marca Cepa CG foram adquiridos pelo Estado e distribuídos aos usuários, quantos foram substituídos e quantos havia em estoque no mês de março de 2014, e a quantidade de fitas reagentes adquiridas e distribuídas à população. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.490/2014, dos deputados João Leite, Anselmo José Domingos e Marques Abreu, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao Clube Atlético Mineiro pela comemoração dos seus 106 anos. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 7.491/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a revista *Perfil*, de Nova Lima, pela publicação de matéria sobre o Sr. Alex Salvador, prefeito de Itabirito. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.492/2014, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca das condições de trabalho de trabalhadores terceirizados por essa companhia em virtude de ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho, conforme relatório da Sra. Luciana Coutinho, procuradora do Trabalho. (- À Mesa da Assembleia.)

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Agradeço-lhe, Sra. Presidente. Quero apenas registrar a presença do deputado Sargento Aragão, do Estado de Tocantins. Ele é também presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa desse estado e visita nesta data o Poder Legislativo de Minas Gerais. Está conhecendo o funcionamento da Polícia Legislativa para buscar experiências exitosas aqui, do nosso Estado, para levar como experiência. Já estivemos com o presidente Dinis Pinheiro. Então, está ele aqui fazendo esta visita; portanto, registro essa honrosa presença e agradeço ao deputado Sargento Aragão a visita.

A presidente - Muito obrigada. Seja bem-vindo entre nós. É uma honra recebê-lo e trocar experiências. Com certeza temos muito também a aprender com a Assembleia Legislativa de Tocantins.

O deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado. É uma alegria tê-la como presidente nesta tarde, presidindo os trabalhos do Parlamento mineiro. Meus parabéns. Quero dizer a todos que nos estão acompanhando que o Supremo declarou inconstitucional a Lei nº 100. Vale a pena prestar atenção em algumas coisas importantes. Já estão dizendo por aí que alertaram o Estado de que isso seria



inconstitucional, mas o governo de Minas, o governo do PSDB quis dar uma chance a esses servidores. Tanto é que não serão todos os 98 mil servidores demitidos: 27 mil já serão aproveitados porque alguns já se aposentaram, outros estão em processo de aposentadoria, e outros passaram em concurso. Naquele momento o Estado fez a sua opção: ou demitiria todos os servidores ou daria uma chance aos servidores. E a chance foi por meio da Lei nº 100, aprovada por esta Casa. Lamentamos a decisão do Supremo, que, no meu entendimento, não teve uma visão social para incorporar esses servidores - cantineiras, professores, todas essas pessoas que trabalham na educação há muitos anos em Minas Gerais. Queremos ser solidários e dizer que a intenção do governo foi ajudar. Tem de se verificar quem entrou com essa ação de inconstitucionalidade contra o Estado. Essas 98 mil pessoas têm de procurar saber quem foram as pessoas que entraram com um processo de inconstitucionalidade, que motivou o Supremo a tomar essa decisão. Não foi o Estado. Pelo contrário, o governo de Minas, o governo do PSDB teve sensibilidade social naquele momento. Poderia ter demitido todos e, pelo contrário, deu uma chance às pessoas. Dos 98 mil, praticamente 27 mil já estão garantidos. Agora aguardaremos o posicionamento da Secretaria de Educação, junto com o governo de Minas, para buscarmos solução. Temos de encontrar uma solução para esse quadro, que já está deixando as pessoas ansiosas, até adoecendo, com essa decisão do Supremo. É uma decisão jurídica, que respeitamos, mas achamos que deveria ter havido sensibilidade social com essas pessoas. Portanto, presidente deputada Luzia Ferreira, muito obrigado por me conceder a questão de ordem e parabéns por presidir os trabalhos desta Casa.

Oradores Inscritos

- Os deputados João Leite e André Quintão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado João Leite - Sr. Presidente, como V. Exa. pode constatar, não temos quórum para a continuação dos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O presidente (deputado Wander Borges) - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de segunda-feira, dia 31, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/3/2014

Presidência do Deputado Mário Henrique Caixa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do deputado Celinho do Sinttrocel - Entrega de placa - Palavras do Sr. Renato Rabelo - Palavras do deputado federal Antônio Andrade - Palavras do vice-prefeito Délio Malheiros - Palavras do deputado Pompílio Canavez - Palavras da deputada federal Jandira Feghali - Palavras da senadora Vanessa Grazziotin - Palavras da Sra. Virgínia Barros - Palavras do Sr. Adilson Araújo - Palavras do prefeito Carlin Moura - Palavras do senador Inácio Arruda - Palavras do Sr. Wadson Ribeiro - Palavras da deputada federal Jô Moraes - Palavras do presidente - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Celinho do Sinttrocel - Mário Henrique Caixa - Pompílio Canavez - Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Mário Henrique Caixa) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Rogério Correia, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Renato Rabelo, presidente do PCdoB; a Exma. Sra. Vanessa Grazziotin, senadora pelo Estado do Amazonas; o Exmo. Sr. Inácio Arruda, senador pelo Estado do Ceará; a Exma. Sra. Jandira Feghali, deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro; a Exma. Sra. Jô Moraes e os Exmos. Srs. Antônio Andrade, Odair Cunha, Antônio Roberto, Saraiva Felipe e Reginaldo Lopes, deputados federais pelo Estado de Minas Gerais; Délio Malheiros, vice-prefeito municipal de Belo Horizonte; Carlin Moura, prefeito municipal de Contagem; Gilson Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Wadson Ribeiro, presidente estadual do PCdoB; e Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil - CTB; a Exma. Sra. Virgínia Barros, presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE; e os Exmos. Srs. André Tokarski, presidente nacional da União da Juventude Socialista - UJS; Tilden Santiago, ex-embaixador; e deputados Pompílio Canavez, Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do ex-prefeito municipal de Uberlândia, Zaire Rezende; do prefeito municipal de Cataguases, José César Samor - Cesinha; e do prefeito municipal de Francisco Sá, Denilson Rodrigues Silveira. Na pessoa destes, estendemos as nossas saudações àqueles prefeitos de cujos nomes não foi possível a leitura.

Dessa forma também saudamos os vereadores de Cataguases, Paulo Sérgio Ribeiro Ventura, Paulo Aritana e Luiz Carlos, o Russo. Da mesma forma estendemos as nossas saudações a todos os vereadores que nos honram com a sua presença.

Registramos ainda a presença dos Srs. Marcelino da Rocha, do CTB Minas Gerais; Felipe Piló, presidente estadual da Juventude do PMDB; Cacá Tunico, representando a Sra. Daniela Correa, prefeita municipal de Ribeirão das Neves; Adalberto Alves Monteiro, presidente da Fundação Maurício Graboys, e Tiago Santana, vereador do PCdoB em Betim; das Sras. Terezinha Lúcia, presidenta do



Movimento Popular da Mulher de Minas, e Dalva Stela, presidente municipal do PCdoB; do Sr. Pedro Amaral, presidente do PCdoB em Contagem; dos vereadores Beto Diniz, Jair do Tropical e Ricardo Faria e da vereadora Silvinha Dudu, da Câmara Municipal de Contagem. Segundo informações do prefeito Carlin Moura, Contagem é o município do Brasil que detém o maior número de vereadores pelo PCdoB, proporcionalmente.

Registramos também a presença neste Plenário do Sr. Josito Vieira, da direção do PCdoB. Ele é ex-secretário de Esporte de Belo Horizonte e ex-candidato a senador.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo violeiro e compositor Pereira da Viola.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel

Boa noite a todos os camaradas e todas as camaradas aqui presentes. Quero fazer uma saudação especial ao deputado estadual Mário Henrique Caixa, representando, neste ato, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro. Cumprimento também as Exmas. Sras. e os Exmos. Srs. camarada Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista, seção brasileira da Internacional Comunista - PCdoB; Vanessa Grazziotin, senadora pelo Estado do Amazonas; camarada Inácio Arruda, senador pelo Estado do Ceará; Jandira Feghali, deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro; companheiro Antônio Andrade, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais; deputado federal Antônio Roberto, que nos prestigia também; deputado federal companheiro Saraiva Felipe; nossa grande camarada Jô Moraes, deputada federal pelo Estado de Minas Gerais; Odair Cunha, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais; companheiro Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte e ex-companheiro de parlamento; companheiro e camarada Gilson Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; grande camarada Carlin Moura, prefeito de Contagem; grande camarada Wadson Ribeiro, presidente estadual do PCdoB; Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil - CTB; Virgínia Barros, presidente da UNE; deputado Pompílio Canavez, querido amigo do Parlamento; André Tokarski, presidente nacional da União da Juventude Socialista - UJS; e Tilden Santiago, companheiro e amigo, ex-embaixador.

Camaradas do PCdoB, companheiros presentes a este evento na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, telespectadores da TV Assembleia, prezados amigos, boa noite. É com muita alegria que recebemos um ato desta envergadura no Parlamento mineiro. Muito me alegro de ter sido o proponente deste evento. Bem-vindos, camaradas.

Companheiro Wadson, nenhum outro partido no Brasil, em toda a história do País, conseguiu comemorar 92 anos ininterruptos de vida. E não foram quaisquer 92 anos. São 92 anos de muita luta, perseguição e agressão. Muita luta. O PCdoB iniciou sua trajetória naquele longínquo 25/3/1922. Originalmente batizado como Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista, logo adotou o nome que até hoje carrega, cheio de lutas e glórias: Partido Comunista do Brasil. Desses 92 anos, quase 60 foram na ilegalidade. Vejam, camaradas: de cada três dias da nossa história, dois foram na ilegalidade. Proibido, perseguido. Foram duas ditaduras que tentaram calar e liquidar o nosso partido. Sobrevivemos.

Foi, sem dúvida, obra de dedicados camaradas que lutaram para chegarmos até aqui - camaradas como Prestes, Oscar Niemeyer, João Amazonas, Osvaldão, Pedro Pomar, Drumond e Helenira -, mas também uma obra de milhares e milhares de militantes que anonimamente construíram nosso partido. É principalmente obra do povo brasileiro, do povo trabalhador do nosso país, que não aguenta viver sob um sistema econômico onde quem produz não é dono do produto do seu trabalho.

Companheiro e camarada Renato Rabelo, em Minas Gerais, terra de Tiradentes e Osvaldão, nosso partido também construiu páginas heroicas. Na luta da juventude, na resistência à ditadura, nas fábricas e garagens de Minas, sempre houve a marca do PCdoB.

Camarada Jandira, no parlamento, o PCdoB em Minas também tem longa trajetória. Começamos na década de 1980, com o Guedes, e depois com Célio de Castro. Tivemos, na década de 1990, por um mandato na Câmara de vereadores de Belo Horizonte e quatro na Câmara dos Deputados, meu camarada e amigo Sérgio Miranda. Na Assembleia Legislativa, tivemos o mandato do camarada Armando Ziller, que, cassado em 1947, teve restituído no ano passado seu mandato. No ato de restituição do mandato de Ziller, no ano passado, nesta Casa, tive a honra de prestar a homenagem em nome de nosso partido. Nosso partido ficou mais de cinco décadas fora deste Plenário. Retomamos com a camarada Jô Moraes; mantivemos o mandato com o prefeito Carlin Moura; agora, eu e Mário Caixa estamos nessa trincheira de luta. Espero ano que vem termos pelo menos mais dois camaradas do partido nestas cadeiras. Ano que vem, espero que tenhamos pelo menos dois camaradas do partido nestas cadeiras.

Senadora Vanessa, nesta tarefa de representar o PCdoB e o povo mineiro nesta Casa, tenho dedicado todos os meus esforços a honrar a história e a trajetória do partido. Votamos aqui a favor dos professores, dos servidores públicos, dos policiais civis, dos fiscais e dos trabalhadores. Não contem comigo nem com nosso partido para retirar um centímetro de direitos dos trabalhadores. Camarada Jô Moraes, meu primeiro projeto de lei foi para criar em Minas Gerais o piso salarial regional. São Paulo já tem, Rio já tem, todo o Sul do País já tem, e Minas não tem. Como falar em desenvolvimento econômico e social e não garantir o mínimo para seus trabalhadores?

Apresentamos aqui, também, camarada Jô, projetos de lei em defesa dos enfermeiros, dos advogados e principalmente dos rodoviários, minha categoria. Realizamos dezenas de audiências públicas com metalúrgicos, mototaxistas, trabalhadores em *telemarketing*, diversas categorias.

Na defesa da democratização das comunicações, luta central para o partido nesse período, apresentei o projeto de lei que cria a Empresa Mineira de Comunicação, para democratizar e dar mais mobilidade à Rede Minas. Camarada senador Inácio, neste ano o nosso partido tem tarefas grandiosas: impedir o retrocesso em âmbito nacional e colocar Minas no rumo do desenvolvimento econômico e social que o País atravessa.

Queremos e vamos reeleger a querida presidenta Dilma Rousseff e lutaremos por mudanças e avanços concretos para o povo nesse mandato das forças populares. É preciso destravar o Brasil, com uma estratégia de desenvolvimento focada na elevação dos investimentos e no aumento da produtividade; valorizar ainda mais o trabalhador, democratizar a mídia, alterar os rumos da política



macroeconômica, aumentar a participação popular nas decisões do rumo do País e garantir mais educação, mais saúde e mais segurança para o povo brasileiro. É já. Esses recados foram emitidos pelas ruas em alto brado.

É, camaradas, a luta não vai ser fácil, mas, em lutas mais acirradas, o PCdoB nunca faltou às batalhas. Muito valeu - e como valeu! - essa nossa história de 92 anos. Muita luta virá pela frente, e, com certeza, o PCdoB estará em todas elas. Viva o Partido Comunista do Brasil! Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Mário Henrique Caixa, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao presidente do PCdoB, Sr. Renato Rabelo, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Se hoje os brasileiros podem manifestar livremente suas opiniões, se o País goza de liberdade política e ideológica, isso se deve, em grande parte, à atuação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Desde a sua fundação, em 1922, a trajetória do PCdoB vem sendo marcada não só pela intensa luta por iguais oportunidades para ricos e pobres, mas também por irrefreável ideal de construir uma sociedade mais justa e mais humana. Esses princípios inabaláveis garantiram ao partido resistência para sobreviver aos tempos sombrios da repressão e da clandestinidade, dos quais emergiu para se tornar uma das grandes forças de esquerda da política nacional. Reconhecendo a sua importância para a nossa história, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta ao PCdoB justa homenagem".

O presidente - Convido o autor do requerimento, companheiro, camarada Celinho do Sinttrocel, para que façamos juntos a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Renato Rabelo

Boa noite, camaradas, amigos e amigas. Nosso partido cumprimenta o nosso camarada deputado Mário Henrique Caixa, representando, nesta solenidade, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; a nossa camarada Vanessa Grazziotin, senadora pelo Estado do Amazonas; o nosso camarada Inácio Arruda, senador pelo Estado do Ceará; a nossa camarada Jandira Feghali, líder do nosso partido na Câmara dos Deputados; o caro Antônio Andrade, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais; o deputado federal Saraiva Felipe; a nossa camarada Jô Moraes, deputada pelo Estado de Minas Gerais; o companheiro Odair Cunha, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais; o Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte; o nosso camarada Gilson Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando essa Casa; nosso querido camarada Carlin Moura, prefeito de Contagem; nosso camarada, Wadson Ribeiro, presidente estadual do PCdoB de Minas; deputado estadual Pompílio Canavez, a quem agradecemos a presença; nosso companheiro Tilden Santiago, a quem também agradecemos a presença entre nós; nosso camarada Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Virginia Barros, nossa querida presidenta da União Nacional dos Estudantes - UNE; nosso camarada André Tokarski, presidente nacional da União da Juventude Socialista; e o autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso querido camarada Celinho do Sinttrocel.

Camaradas e amigos, esta solenidade que a Assembleia de Minas Gerais realiza em comemoração à fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB - tem para nós um significado elevado, um significado importante. O PCdoB comemora no dia de amanhã, 25 de março, 92 anos de sua fundação. A data coincide com o momento em que a Nação debate o significado do golpe militar, desferido há 50 anos e que impôs ao país a mais longa ditadura. Os comunistas, ao lado de outras forças democráticas, se empenharam nas ações da resistência democrática que enfrentou e derrotou o regime ditatorial.

A conquista da democracia em 1985 foi resultado de uma épica jornada. Muitas lutas foram travadas, muitas vidas foram ceifadas. Quase 30 anos depois da redemocratização, o direito da nação à memória e à verdade é uma bandeira apenas parcialmente alcançada.

Com os governos Lula e Dilma, passos importantes foram dados - e continuam sendo - pelo trabalho da Comissão da Anistia, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e, agora, da Comissão Nacional da Verdade, mas só serão plenos esses passos - assim pensamos - com a punição daqueles que, em nome do regime, cometeram crimes de lesa-humanidade, como torturas e assassinatos sumários. Para que nunca mais se repita esse período de trevas na história do país, precisamos lembrá-lo sempre, rendendo homenagem aos que resistiram e lutaram contra o arbítrio da ditadura. A luta desses homens e mulheres nos orgulha e nos inspira a seguir avante.

O golpe militar de 1964, camaradas e amigos, foi patrocinado pelas classes dominantes em combinação com a intervenção do governo dos Estados Unidos, hoje fartamente documentada. A geopolítica mundial desse período era marcada pelo signo da chamada Guerra Fria. Essa ação golpista foi a primeira de uma série resultante, a partir da década de 1960, quando a América Latina foi infestada de ditaduras militares, respaldadas e maquiadas pela ação imperialista dos Estados Unidos para contenção e extermínio do comunismo.

O golpe evidentemente foi desferido para sepultar a democracia que se ampliava no governo do presidente João Goulart e para conter e aniquilar uma vigorosa maré de lutas populares pelas reformas de base. Entre elas se destacam as reformas agrária, urbana, da educação, da Previdência Social, do sistema bancário; e também bandeiras sindicais, como a regulamentação do direito de greve.

A ditadura militar faz parte da persistente ação das classes dominantes que, a ferro e fogo, atuaram em diferentes períodos históricos para impedir o florescimento da democracia e negar ao povo e aos trabalhadores os direitos mais elementares. Os últimos 29 anos, contados a partir de 1985, são o mais longo período de construção democrática em nosso país.

A ditadura militar foi progressivamente combatida pelas forças democráticas, populares e patrióticas, entre elas o PCdoB. Organizaram e desencadearam, assim, a resistência democrática pacífica e armada que enfrentou o regime tirânico até a conquista da liberdade. A longa jornada heroica que enfrentou e derrotou a ditadura foi um grande feito, camaradas e amigos, do povo brasileiro. O PCdoB, ao preço da vida de quase uma centena de dirigentes e militantes, participou inteiramente dessa jornada, empenhou-se abnegadamente nas diferentes batalhas. O partido foi tecendo sua política de combate à ditadura levando em conta a escalada autoritária do regime, a correlação de forças e o posicionamento das demais frentes integrantes da oposição.



Já em 1966, o PCdoB deu uma contribuição que expressou uma síntese da sua orientação política para o enfrentamento da ditadura: a união dos brasileiros para derrocar essa ditadura. Essa ampla união deveria forjar-se em torno de aspirações históricas do povo brasileiro, como a independência, o progresso social e a liberdade. Uma tática, portanto, a um só tempo ampla e radical, cujo objetivo central era isolar ao máximo a ditadura, formando contra ela uma frente a mais larga possível em torno de bandeiras unificadoras. Esta foi a posição do PCdoB durante todo o regime militar.

As forças de oposição, entre elas os comunistas, empreenderam o combate ao regime com manifestações de rua, denúncias no parlamento, pelo voto, pela imprensa alternativa e clandestina, e por uma rica produção cultural de protestos e contestações. A resistência se avolumou e desaguou nas grandes manifestações de 1968, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro. eclodiram greves operárias em Contagem, aqui em Minas, e em Osasco, em São Paulo, e também toda uma manifestação de várias correntes políticas. Coerente com essa política ampla, o PCdoB considerou mesmo positiva a constituição da Frente Ampla, contrária ao regime militar, que então foi formada por políticos de matizes variados, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda.

Ante a ameaça representada pelo fortalecimento da oposição, a ditadura reagiu como uma fera acossada. Em 13/12/1968, baixou o Ato Institucional nº 5, passando a valer o pleno arbítrio. Com o AI-5 e a posse do Gen. Emílio Garrastazu Médici, o regime assumiu claramente a feição de uma ditadura militar de caráter terrorista. Diante de um regime cada vez mais brutal, elevou-se a determinação de diversos grupos opositores de que a resistência deveria ser feita também de armas na mão. O PCdoB reforçou sua convicção à medida que se elevava a consciência em vários segmentos da oposição de que era preciso fazer frente ao banditismo de um regime truculento, sanguinário e fascizante. Os comunistas buscaram juntar-se à população do Sul do Pará e lançaram um programa no qual se comprometiam com os direitos do povo do interior. Essa era a sua bandeira central, preparando-se para uma resistência armada. No dia 12/4/1972, mais de 2 mil soldados iniciaram os ataques às bases guerrilheiras lideradas pelo PCdoB no Sul do Pará. As fregas e os confrontos das forças guerrilheiras contra as operações de cerco e aniquilamento das Forças Armadas duraram mais de dois anos. Foi a maior mobilização militar brasileira desde a Segunda Guerra Mundial. Tudo isso foi escondido pela ditadura militar.

Mesmo derrotada militarmente, a Guerrilha do Araguaia cumpriu um papel relevante, alimentou o ânimo e a esperança dos setores mais avançados da oposição e contribuiu para as condições de declínio da ditadura. A ampla maioria da Ação Popular - AP -, importante organização da resistência antiditatorial, integrou-se ao PCdoB. Até nos dias de hoje a resistência do Araguaia, a coragem de seus integrantes de lutarem pela democracia ao preço da própria vida motiva, impulsiona setores do povo, especialmente da juventude, que se engajara na luta democrática e popular. Os nomes dos guerrilheiros estão na galeria dos eminentes lutadores do povo brasileiro, sendo lembrados em livros, peças teatrais, filmes, eventos e manifestações libertárias.

A partir de 1974, o regime se vê obrigado a manobrar a chamada abertura lenta, gradual e segura. A resistência retoma a iniciativa política, e crescem os protestos; obtém uma vitória eleitoral expressiva nas eleições de 1974. Em janeiro de 1975, novamente o PCdoB deu sua contribuição para traçar um caminho para a luta oposicionista. O partido lançou mensagem aos brasileiros na qual reiterava três grandes bandeiras políticas que teriam apelo e força para unificar amplos setores na luta contra a ditadura. Até hoje lembradas, essas três bandeiras eram: anistia ampla, geral e irrestrita; abolição de todos os atos e leis de exceção; convocação de uma assembleia nacional constituinte livremente eleita.

Na dita abertura do regime não cabiam os comunistas. O massacre da esquerda não havia terminado, pois o PCdoB continuava organizado e atuando em todo o País. A ditadura considerava isso uma afronta e um perigo, pois o partido havia liderado a principal resistência armada contra o regime militar. A casa onde a direção nacional do partido se reunia na cidade de São Paulo, no Bairro da Lapa, foi descoberta, cercada e metralhada. Essa operação ficou conhecida como Chacina da Lapa.

Na operação policial foram mortos os dirigentes Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond, mineiro - este último morreu sob tortura no DOI-CODI. Recentemente foi reconhecida pela justiça a sua verdadeira *causa mortis*. Outros quatro dirigentes foram presos e também torturados: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima e Wladimir Pomar. Com esse severo golpe, o PCdoB se viu na contingência de formar uma direção central no exterior, sob o comando de João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Renato Rabelo e Dynéas Aguiar.

Camaradas e amigos, como as águas de um rio que vão ganhando volume pouco a pouco, as lutas populares foram ganhando expressão e força. Primeiro, foi a batalha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Em seguida, veio o Movimento Contra a Carestia, com forte participação operária e popular. Nas eleições de 1978, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB - conquistou uma nova e importante vitória e dessa feita se reforçou com um elenco de lideranças do movimento sindical e popular e de destacados democratas. O PCdoB, ainda na ilegalidade, participou ativamente dessas eleições apoiando candidatos majoritários do PMDB e lançou candidatos por essa legenda. Reforçou sua presença na Câmara dos Deputados, com três deputados, e elegeu parlamentares em outras casas legislativas. Depois de anos de luta, a Lei de Anistia foi aprovada em agosto de 1979. Com a anistia, houve a libertação dos presos e o retorno à luz do dia de militantes clandestinos. Nessa época também ressurgiram greves de trabalhadores urbanos e rurais. As greves no ABC paulista, em 1979 e 1980, também se destacaram pela adesão da massa operária contribuindo para minar os alicerces do regime militar. O movimento estudantil retomou suas lutas.

Em 1979, a União Nacional dos Estudantes - UNE - foi reorganizada no congresso de Salvador. E seus congressos subsequentes foram decisivos para engajar fortemente a juventude nessa fase de ofensiva contra o regime. Foi destacado o papel da militância do PCdoB tanto na reconstrução das entidades quanto na unidade do movimento. Após a vitória eleitoral oposicionista de 1982, o PCdoB e as forças democráticas vislumbraram, e passaram a disseminar que “na atualidade, a exigência de eleições diretas para a Presidência da República corresponde a um sentimento generalizado e mobilizador”. As lutas pelas eleições diretas poderiam, portanto, ser a grande bandeira para levantar o povo e pôr fim ao regime militar.

Desse modo, entre o final de 1983 e início de 1984, desencadeou-se um dos maiores movimentos cívicos da história brasileira: a campanha das Diretas Já! No entanto, apesar da ampla mobilização, a emenda das diretas não foi aprovada na Câmara dos Deputados,



causando frustração ao povo e confusão nas forças de oposição. Agora era preciso procurar outros caminhos e dar continuidade à luta contra o regime. O PCdoB defendeu a indicação de um candidato único das oposições que pudesse derrotar o candidato da ditadura, Paulo Maluf, em qualquer que fosse o terreno, inclusive no colégio eleitoral, estabelecido pelo regime militar. O nome indicado pelo PMDB foi o de Tancredo Neves.

O PCdoB não somente o apoiou como participou das articulações para persuadi-lo a aceitar esse desafio. O partido lançou o documento *Porque os comunistas apoiam Tancredo*, no qual afirmava: “Não é o método que está em jogo, mas o conteúdo; ou seja, o fim do regime militar e a conquista de amplas liberdades”.

E assim, camaradas, a democracia foi institucionalizada com a promulgação da nova Carta Magna em outubro de 1988. Resultou de quase dois anos de trabalho da Constituinte eleita em 1986. Nessa Constituinte, a bancada de parlamentares do PCdoB deu reconhecida contribuição para que fossem aprovadas conquistas patrióticas, democráticas e sociais.

Em suma, camaradas e amigos, as duas décadas de resistência ao regime militar fazem parte de um período extenso e decisivo na trajetória de 92 anos do PCdoB. O partido, visando à conquista da democracia e dos direitos do povo, orientou-se em unir a maioria da Nação para isolar o regime ditatorial, recorrendo a todas as formas de luta possíveis. E contribuiu para o resgate do papel do campo democrático e progressista na defesa da democracia brasileira.

Ao mesmo tempo, no exame desses acontecimentos, assinala-se a evidência histórica de recorrente intervenção golpista das forças reacionárias para conter ou interromper os ciclos progressistas do País. Esse atávico golpismo veio novamente à tona em 2005, quando tais forças tentaram paralisar o governo do presidente Lula. Mais do que isso: movimentaram-se para tentar cassar o mandato do presidente, com a participação ostensiva dos grandes veículos de comunicação. A vida política ensina, camaradas e amigos: ditadura nunca mais!

Por isso, ao comemorar seus 92 anos na simbólica data do cinquentenário do golpe militar, nesta terra mineira de grandes libertários, o PCdoB entende que o País mudou conquistando uma nova etapa na sua história, sobretudo considerando a última década. Mas hoje os desafios ainda são maiores. Pensamos que é hora de agregar amplas forças políticas e sociais para o Brasil avançar na realização das reformas democráticas e estruturais, com mais desenvolvimento, mais democracia, mais progresso social e mais integração com nossos vizinhos no continente, barrando assim o retorno das forças reacionárias e conservadoras.

Viva os 92 anos de existência do PCdoB! Avancemos em mais conquistas democráticas. Muito obrigado.

A plateia e a Mesa - Um, dois, três, quatro, cinco mil. Viva o Partido Comunista do Brasil!

Palavras do Deputado Federal Antônio Andrade

Boa noite a todas e a todos. Depois das palavras do Renato Rabelo, qualquer pronunciamento fica difícil. Eu não poderia deixar de saudar, nesta noite, os 92 anos do PCdoB pela amizade e pelo carinho que temos, pela luta do PCdoB pela redemocratização do País. Sei que várias vidas foram ceifadas do nosso meio, mas valeu a pena, tudo valeu. O PCdoB esteve junto do PMDB na luta pela redemocratização do Brasil, na luta por uma vida social melhor, na luta do povo brasileiro, que às vezes era escondida. Lutamos muito, o PCdoB, o Renato; cumprimento o Wadson e na pessoa dele os demais presidentes de partido.

O PMDB continua convicto de que a luta dos partidos pelo País valeu a pena. Jô Moraes, cumprimento-a, atendendo a seu chamamento. Como presidente do partido, temos uma vida em comum muito grande, o PMDB, o PCdoB e o PT de Aldair Cunha. Temos uma vida de luta no processo de redemocratização deste país. Fica um forte abraço. Que os 92 anos do PCdoB sejam comemorados com muita alegria pelo povo brasileiro. Um abraço a todos vocês. Muito obrigado.

Palavras do Vice-Prefeito Délio Malheiros

Boa noite a todas e a todos, na condição de representante do PV, cumprimento o presidente Renato Rabelo e extensivamente trago os cumprimentos do prefeito Márcio Lacerda, da população de Belo Horizonte a todos vocês. Até hoje, nenhum partido neste País alcançou 92 anos de idade. Destes, 2/3 foram na clandestinidade, mas na trincheira da democracia. Alguém pode dizer que o PCdoB não tem uma bancada tão grande, não tem bancada expressiva nesta Casa, que não tem... o mais importante é ser o partido que ergueu uma trincheira democrática neste País, ser um partido que teve em seus quadros pessoas como Niemeyer, João Amazonas e meu amigo Sérgio Miranda. Na eleição passada à prefeitura, era candidato a prefeito de Belo Horizonte pelo PV. Ninguém sabia quem seria meu vice, mas, no fundo do meu coração, todos sabiam que era o Sérgio Miranda, que, por problemas de saúde, deixou-nos muito cedo. Ele foi uma das pessoas mais sérias que conheci na política brasileira. Um homem sério, honrado, comprometido com a causa dos aposentados como muitos outros do PCdoB.

Em nome do PV, digo que esta Casa, em boa hora, faz esta justa homenagem. O PCdoB é de fato um partido comprometido com a causa da democracia, com seu ideário, com suas bases. Devemos ter o máximo respeito. Estou vendo o prefeito Zaire Rezende, com esse partido que completa 92 anos de idade.

Fica o abraço deste modesto vice-prefeito de Belo Horizonte, dos belo-horizontinos, dos mineiros e dos brasileiros. Tomara que este partido complete 184 anos, porque tem uma grande causa de defesa neste País. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Pompílio Canavez

Boa noite a todas, boa noite a todos. Cumprimento o presidente Renato Rabelo e, na sua pessoa, todos os presentes. Cumprimento também meu amigo presidente Wadson, por cujo intermédio cumprimento todos os presidentes de partidos aqui presentes. O presidente do meu partido, o PT, deputado Odair Cunha, incumbiu-me de fazer esta saudação.

Depois das palavras do presidente é difícil falarmos qualquer coisa, mas o PT e o PCdoB sempre foram parceiros. Em todos os momentos depois da redemocratização do Brasil, estivemos juntos desde 1989, na primeira campanha presidencial, a primeira campanha para presidente depois da ditadura. Estivemos juntos desde então e também em todas as lutas no Estado.

Sou líder do Bloco Minas sem Censura, um bloco de oposição ao governo do Estado. Aqui o deputado Rogério Correia, do meu partido, que também faz parte; além do PMDB, do Toninho Andrade, e do PRB. Quero fazer a saudação e dizer que nós, do PT, estamos muito felizes em estarmos juntos. Tenho certeza de que nossa caminhada continuará por muito tempo. Cumprimento também o deputado Mário Henrique Caixa, que aqui representa o nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro.

Presidente Renato, gostaria de ler uma carta enviada por Fernando Pimentel, ex-ministro da Indústria e do Comércio, que, por motivo de força maior, não pôde estar presente, mas me fez portador de uma carta que passo a ler: “Belo Horizonte, 24/3/2014. Prezados amigos e amigos, com alegria saúdo os companheiros do PCdoB pelos 92 anos do partido, que teve participação central na luta contra a ditadura no Brasil e, ao longo dos anos, tem sido fundamental na consolidação da nossa democracia. A homenagem prestada por esta Casa ao PCdoB coincide com os 50 anos do golpe militar que fez o Brasil mergulhar numa longa noite que durou 21 anos. Por isso não deixa de ser um reconhecimento a todos aqueles que lutaram contra o arbítrio.

Desde a redemocratização, o PCdoB é parceiro do PT, importante aliado dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. O presidente Renato Rabelo foi um ministro destacado do governo Lula, o que mostra a parceria permanente entre nossos partidos. Caminhamos juntos desde as primeiras eleições presidenciais de 1989, o que faz do PCdoB um de nossos aliados mais constantes.

Com esse espírito de aliança, deixo aqui o meu abraço ao ministro Rabelo e à senadora Vanessa Grazziotin, com quem tive o prazer de conviver nos três anos em que estive à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ela sempre dedicada à defesa dos interesses da Zona Franca de Manaus, vinculada ao ministério. Também deixo meu abraço às deputadas Jô Moraes e Jandira Feghali; ao presidente nacional da CTB, Adilson Araújo; ao presidente da União da Juventude Socialista, André Tokarski; e à presidenta da UNE, Virgínia Barros.

Por fim, quero dar os parabéns e um forte abraço aos nossos mineiros Wadson Ribeiro, presidente estadual do PCdoB, e aos deputados Celinho do Sintrocel e Mário Henrique Caixa. Vida longa ao PCdoB! Fernando Pimentel.” Obrigado.

Palavras da Deputada Federal Jandira Feghali

Boa noite, camaradas, amigos, aliados e parceiros de tantas lutas. Quero cumprimentar nosso presidente nacional, Renato Rabelo, em cuja pessoa cumprimento a militância do nosso partido, e o presidente estadual, Wadson Ribeiro; o deputado Mário Henrique Caixa, por cujo intermédio cumprimento os deputados presentes; e os nossos partidos aliados, na pessoa de seus representantes. Faço um registro especial aos colegas de parlamento deputados Saraiva Felipe e Antônio Roberto, mas cumprimento particularmente a deputada federal por Minas Gerais Jô Moraes, que tão bem representa a história deste partido, com toda coerência, combatividade e capacidade de guerrear no âmbito das ideias, dos debates e da luta do povo trabalhador, e, na sua pessoa, por ser coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, cumprimento todas as mulheres, especialmente neste mês de março, que realça particularmente o nosso trabalho e a nossa luta por igualdade. Cumprimento ainda a militância, sem a qual este partido não existe; o deputado Antônio Andrade, ex-ministro da Agricultura, que acabou de sair do ministério deixando um grande legado para o governo Dilma; e os senadores Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, nossa líder no Senado Federal. Aliás, ao falar das mulheres, é bom que realcemos que, proporcionalmente, no Congresso o PCdoB tem a maior bancada feminina, que, aliás, tem estado no comando, gerando até certo ciúme, já que há três anos seguidos temos tido na Câmara líderes mulheres, presidentes de comissões mulheres, e agora também no Senado nossa líder é mulher, sucedendo o nosso combativo e guerreiro senador do Ceará.

Obviamente, toda ambiência feita pelo PCdoB nos deixa à vontade. Sinceramente, sinto-me em casa porque onde nos encontramos nos sentimos em casa. Quando vemos um partido que lidera a maior corrente de juventude deste país e que cria, com aliados, uma grande central sindical que se impôs em pouquíssimo tempo e quando vemos os diversos movimentos sociais do País com a nossa presença e o nosso crescimento nos *fronts* institucionais, também nos Executivos, como o prefeito Carlin Moura, cujo trabalho em Contagem muito nos orgulha, eu diria que o sentimento que nos toma é que a nossa contribuição é cada vez maior.

Depois da fala do Renato, que fez um histórico tão rico, com tudo o que todos nós precisamos ouvir para ter mais energia, convicção e respeito pelo trabalho do partido nesses 92 anos, quero apenas agregar, muito rapidamente, duas questões, nesta breve saudação - até porque os aniversariantes têm de dar mais espaço para os aliados. A primeira é que hoje fizemos uma sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, palco da Constituinte de 1946, completando a sessão que fizemos na Câmara de devolução dos mandatos da bancada comunista cassados em 1948. Essa sessão resgatou muito do que podemos dizer do nosso trabalho nesse *front* institucional, na luta democrática e nas muitas das nossas conquistas na Constituição brasileira. Aliás, algumas lutas só foram validadas como vitoriosas anos depois de defendidas pelo partido. E foram bandeiras libertárias, classistas, plurais, comportamentais, contra o racismo e em defesa da Amazônia, dos índios e da soberania nacional. Em 1946, por exemplo, o partido defendia o divórcio, que só foi aprovado 31 anos depois. Ou seja, sempre foi um partido à frente do seu tempo, que olha à frente do seu tempo, buscando avanços para o povo brasileiro.

Por dizer isso e por causa disso, quero reforçar um aspecto que o Renato frisou: precisamos reafirmar sempre a democracia e o Estado Democrático de Direito e exigir sempre a memória, a verdade e a justiça. Quando digo justiça é que este país tem que punir os torturadores e assassinos que aqui fizeram uma história tão tenebrosa, aliás, no momento em que os ultrarreacionários, neofascistas, saem dos seus cantos, dos seus esconderijos, usam *fakes* nas redes sociais e nos ameaçam de morte, porque a covardia é a marca deles. Mas tentam fazer ocupações nas ruas para dar um novo ingrediente para o processo político eleitoral deste ano, defendendo nova intervenção militar, fechamento do Congresso, retirada da presidenta Dilma, indo contra a esquerda e os comunistas explicitamente. Ora, obviamente eles não são majoritários, mas começaram a se assanhar despididamente, como sempre foram. Precisamos enfrentá-los no debate político, na comunicação, nas lutas e nas urnas. Não podemos ter retrocesso no Brasil de espécie alguma, precisamos avançar sempre. Esta é a coragem política que o PCdoB sempre teve.

O segundo, Renato, é apenas reforçar o que o partido tem feito com muita astúcia, com muita coragem política, com muita visão tática, com muita habilidade, que é fazer a defesa do avanço na plataforma para este país. É óbvio que chegarmos até aqui foi um grande avanço, mas não podemos ter retrocessos. Por isso, temos defendido a reeleição da presidenta Dilma, e o partido, levantando plataformas de avanços e plataformas estruturais. Olhando para um antigo parceiro, o Zaire Rezende, que está sentado aqui conosco, ex-deputado, ex-prefeito de Uberlândia, quero resgatar duas grandes batalhas. A primeira, é a luta da reforma estrutural da comunicação. Precisamos de uma regulação democrática da comunicação, sem o que não haverá democracia plena neste país. E o Zaire Rezende foi o primeiro signatário do grande projeto de democratização da comunicação no Brasil, e assinamos junto com ele. A segunda é a reforma política, que o partido defende, que veda a participação de empresas e de pessoas jurídicas nas eleições. Isso



pode, de fato, possibilitar que deixemos de ter um representante aqui ou 15 na Câmara dos Deputados e passemos, em melhores condições, a ter uma representação mais comunista, mais de esquerda, mais do mundo do trabalho, mais dos negros, mais dos camponeses, mais das mulheres, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional e em todos os parlamentos brasileiros. Reforma política é fundamental para nós, e gostaria de reafirmar isso. No mais, a nossa forma de homenagear 92 anos de um partido e todos os nossos companheiros é continuar defendendo a democracia, os avanços no país e, acima de tudo, o socialismo. Sucesso! Muito obrigado e parabéns ao nosso partido.

Palavras da Senadora Vanessa Grazziotin

Boa noite a todos os companheiros, companheiras, camaradas, militantes do PCdoB, amigos, aliados e todos os componentes da Mesa. Peço licença ao Wadson, que é o presidente do nosso partido em Minas Gerais, a todos os parlamentares, principalmente à nossa querida companheira deputada Jô Moraes, aos deputados estaduais do partido, deputados Celinho do Sinttrocel e Mário Henrique Caixa, e aos deputados federais, para que eu possa cumprimentar todos os parlamentares na pessoa de um amigo que está entre nós. Logo que cheguei à Câmara dos Deputados, em 1999, aprendi muito com essa pessoa. Juntos travamos uma batalha de oposição muito importante ao governo neoliberal. Refiro-me ao companheiro Zaire. É um prazer revê-lo, eterno deputado do povo mineiro e do povo brasileiro. Em sua pessoa cumprimento todos os parlamentares.

Gostaria de cumprimentar as entidades presentes na pessoa da Viki, que é essa pequena grande mulher guerreira, presidente da UNE. Cumprimento ao nosso companheiro presidente Renato Rabelo, que, como disse a Jandira, fez aqui um belo pronunciamento resgatando a história. Temos, além de um grande respeito por essa pessoa, um profundo carinho. Renato, você não tem ideia do quanto, na figura de presidente do partido, incentiva todos nós, parlamentares, dirigentes de entidades, militantes e, principalmente, mulheres, a seguir trilhando o caminho da política.

Quando vemos o TSE entrando também na luta pela democracia e por direitos iguais entre homens e mulheres e quando percebemos que a própria Justiça Eleitoral brasileira orienta fazermos parte da política e da solução, vemos o quanto vale a pena lutar. Não tenho dúvida nenhuma disso. No ano passado, no Brasil, assistimos a manifestações grandiosíssimas nunca antes vistas. Não as manifestações em si, mas a mídia tentava mostrar que não havia qualquer apreço pela organização popular. Sem organização, sem partidos fortes e comprometidos verdadeiramente com a luta do povo, não conseguiremos promover qualquer tipo de transformação social.

O Renato não poderia fazer diferente, pois completar e comemorar 92 anos de história do partido no mesmo ano em que se completam 50 anos de um dos momentos mais difíceis da história do nosso país, que foi o golpe militar, é algo muito importante. Temos muito a dizer. Creio que, da luta de todas nós e de todos nós, que é a luta do PCdoB, e também a luta de todos os partidos irmãos, ainda pela construção da democracia e de uma sociedade mais justa, faz parte, sem dúvida nenhuma, a luta para que avancemos a fim de obtermos mais conquistas para o povo brasileiro. Não podemos permitir, como já foi dito aqui, que qualquer retrocesso se instale em nosso país.

Deputado Celinho do Sinttrocel, vi quando o senhor dizia que em nenhum momento permitiremos que seja retirado um milímetro sequer dos direitos conquistados a duras penas pelo povo brasileiro. Isso faz parte da nossa política. Aliás, isso é a essência da nossa existência. Em um momento de crise que se dá em todo sistema capitalista mundial e que abate todos os países, dos mais ricos aos emergentes, podemos dizer que o Brasil tem sido um dos poucos que tem conseguido ultrapassá-la sem retirar direitos dos trabalhadores. Abram os jornais e vejam o que está escrito. “Temos de acabar com essa política do salário mínimo, porque é inflacionária”. De jeito nenhum. Temos de aprovar outra lei mais forte ainda a fim de recuperarmos mais rapidamente todas as perdas que os trabalhadores tiveram.

Enfim, como comemoramos 92 anos, há muitas pessoas para falar. Com este momento é de festa, não poderia sair daqui deixando de citar uma pessoa muito querida por todos nós. Como muitos dirigentes do PCdoB, bravos lutadores, homens e mulheres, que lutaram muito e deram a sua vida para que pudéssemos estar aqui, deputada Jô Moraes, você foi um exemplo.

Jô é uma menina que, às vezes, parece mais jovem que a gente, mas é alguém que tem muita história para contar, uma pessoa que viveu a ditadura, que resistiu à ditadura, como Renato e tantos outros presentes aqui. Essa história não apenas nos alimenta, mas nos ensina que o importante é a trajetória, não importa se no momento de maior ou de menor liberdade. O que importa é lutar e lutar sempre para conseguir esse novo mundo que todos nós queremos.

Em abril de 1964, em Santiago do Chile, logo após o golpe militar, lá estava Thiago de Mello, um homem brasileiro, um amazonense muito simples lá do meu querido Estado do Amazonas, onde vive até hoje no interior, na sua cidadezinha chamada Barreirinha. Ele escreveu os estatutos do homem que, sem dúvida alguma, é hoje um poema que simboliza tudo aquilo que queremos para nossa gente e para o nosso povo. No início, em seu art. 1º, ele diz o seguinte: “Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira”. Viva os 92 anos do PCdoB. Viva a democracia. Viva a luta do povo brasileiro. Obrigada.

Palavras da Sra. Virgínia Barros

Boa noite a todas e todos. Na figura do nosso deputado Mário Henrique Caixa e, é claro, do nosso presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, cumprimento toda a Mesa.

Serei bem breve, até para poder dar mais espaço para que os outros companheiros falem. Estava recordando um artigo que a nossa líder do PCdoB na Câmara escreveu recentemente. A deputada Jandira fala que o PCdoB é um termômetro da democracia no Brasil, quando coloca que, ao longo dos nossos 92 anos de história, sempre que a democracia no Brasil é atacada, os comunistas geralmente são os principais alvos de ataque para enfrentar a democracia em nosso país. E, se é verdade que o PCdoB tem ao longo dos seus 92 anos de história a luta pela democracia como marca, é verdade que é impossível contar a história da democracia no Brasil sem contar a história de luta dos comunistas homens e mulheres que construíram esse grande partido há tantas décadas.

Na próxima semana “descomemoraremos” os 50 anos de golpe empresarial-militar que o Brasil sofreu no ano de 1964 e, com certeza, é impossível não nos lembrarmos dessa página escura da história do nosso país sem contar a história de luta do PCdoB. Se é



verdade que durante a ditadura militar palavras poderiam caracterizar aquele período como censura, medo e repressão, é verdade que, talvez, uma das principais marcas que possam caracterizar a ditadura empresarial militar em nosso país é a luta dos comunistas contra a ditadura e em defesa da democracia. E o PCdoB hoje segue para contribuir para essa transição ainda inconclusa, para a democracia plena do nosso país.

Contribuí não apenas na sua ação parlamentar e institucional, mas também nas ruas de cada canto deste país, que sempre foi um espaço por excelência de luta e de combate dos comunistas no Brasil. Contribuí quando apresenta para a sociedade o novo projeto nacional de desenvolvimento, quando apresenta as principais diretrizes para que possamos, de fato, iniciar um novo salto civilizacional rumo ao desenvolvimento pleno do nosso país, rumo a uma verdadeira democracia.

Ficou meio difícil falar depois da Vanessa, porque ela roubou a minha ideia. Porém, só para finalizar, serei bem breve. Também estava lendo Thiago de Mello nos últimos dias e um poema dele me lembrou muito aquilo que é o nosso sentimento sobre o mundo. Gostaria de compartilhá-lo com todos vocês. Thiago de Mello fala assim: “Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar/ Vem ver comigo, companheiro, a cor do mundo mudar/ Vale a pena não dormir para esperar a cor do mundo mudar/ Já é madrugada, vem o sol/ Quero alegria que é para esquecer o que eu sofria/ Quem sofre fica acordado defendendo o coração/ Vamos juntos multidão trabalhar pela alegria/ Amanhã é um novo dia”.

O PCdoB, partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, mas acima de tudo o partido das mulheres, da juventude, de todas as brasileiras e brasileiros, certamente está construindo um novo dia para o Brasil e para o mundo. Esse novo dia terá como marca um grande nome, terá como marca uma nova sociedade, terá como marca um Brasil socialista. Vida longa ao PCdoB. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Adilson Araújo

Boa noite a todas e a todos. Quero, em nome da CTB, saudar nosso querido presidente Renato Rabelo e o deputado Celinho do Sinttrocel, nosso companheiro, em cuja pessoa saúdo os demais representantes aqui presentes. De modo especial, saúdo as trabalhadoras e os trabalhadores.

Confesso que, após ouvir o nosso presidente Renato Rabelo, sinto-me cada vez mais convencido de que a revolução do nosso tempo começou agora, sobretudo a partir da conquista eleitoral importante e estratégica, sobretudo a partir da importante mudança em curso na América Latina, sobretudo a partir do olhar de um mundo em construção, de uma bipolaridade. Penso que o PCdoB nunca esteve tão convencido e convicto de seus ideais. Particularmente, compreendo que as conquistas sociais e políticas propiciaram um novo horizonte de expectativa. A revolução do nosso tempo, à luz do mundo em crise, também é nos permitir enxergar o quanto é importante e fundamental ter um olhar particular sobre o Brasil de hoje, o Brasil que com certeza para nós vai além da Copa do Mundo, irá além das Olimpíadas, com certeza irá além da Universidade e quem sabe muito mais.

Considero que é oportuno e fundamental compreendermos a correlação de força, apropriarmos-nos dessa condição nova. Será muito bom a nossa militância jogar o papel necessário para elegermos uma bancada representativa de homens e mulheres, porque na condição atual, sem uma correlação de força alterada no conjunto do parlamento, as dificuldades ainda perpetuarão.

Lembro do que Pablo Neruda ressaltou em seu livro *Confesso que Vivi*. Ele diz que ser comunista é viver em família. Ele busca, em sua analogia, trazer elementos de forma subjetiva e concreta do quanto a classe dominante pode tudo e os comunistas podem muito pouco. Mas a sua frase vai sendo construída de forma a contextualizar que no mundo tudo se esforça por mudar, menos os velhos sistemas.

A vida dos velhos sistemas nasceu de imensas teias de aranha medievais, teias mais duras do que os ferros das máquinas. No entanto, pessoas como nós, comunistas, acreditam na mudança que fez triunfar a mudança, que fez florescer a mudança. Caramba. A primavera é inexorável. Viva o PCdoB! Viva o socialismo!

Palavras do Prefeito Carlin Moura

Nossa calorosa saudação à gloriosa militância do PCdoB. Cumprimento os mineiros que estão tendo oportunidade de acompanhar esta solenidade ao vivo pela TV Assembleia no momento em que comemoramos o aniversário do nosso partido, que amanhã, dia 25 de março, completará 92 anos.

Temos na presidência desta reunião o grande deputado Mário Henrique Caixa, que também representa uma grande parcela dos mineiros, que por sua vez têm uma grande instituição que também fará aniversário amanhã: o Clube Atlético Mineiro. A outra parte tão significativa dos mineiros também respeita V. Exa. pelo brilhante trabalho que desempenha aqui na Assembleia. Quero cumprimentar o nosso deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que originou esta reunião especial; esse partido que tem a alma genuinamente feminina nas grandes lideranças da senadora Vanessa Grazziotin, líder no Senado, a nossa deputada Jandira Feghali, líder na Câmara dos Deputados, e a nossa grande e guerreira deputada Jô Moraes. Esta é uma reunião muito prestigiada com a presença do nosso senador Inácio Arruda, os demais deputados do PT, do PMDB, do PV, além dos nossos grandes prefeitos, por cujo intermédio cumprimento os prefeitos Denilson, de Francisco Sá, e o nosso caríssimo prefeito Cesinha, de Cataguases. São todos grandes prefeitos do PCdoB. Cumprimento também os vereadores e as vereadoras aqui presentes na pessoa do Ricardo Faria, nosso ex-secretário de Saúde e vereador de Contagem; a nossa gloriosa UJS; os trabalhadores e as trabalhadoras da CTB.

Presidente Renato Rabelo, deixo-o por último pela sua importância. Minas fica muito orgulhosa por tê-lo nesta solenidade. Quero destacar uma pequena parte, um pequeno pedaço da história do PCdoB da qual tive a oportunidade de fazer parte. Quero agradecer, pois sou da geração que está colhendo os frutos positivos da luta do PCdoB e dos comunistas em defesa do Brasil e da democracia. Sr. Presidente Renato Rabelo, tive a honra de ver o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser eleito com o apoio do PCdoB em 2002 e também tenho a honra de hoje ser prefeito da cidade operária, do berço da indústria mineira, sob a égide da presidenta Dilma Rousseff. Presidente Renato Rabelo, foi na militância do PCdoB que aprendemos a governar com o povo e para o povo. É por isso que hoje Contagem tem muito orgulho de colher frutos dos avanços do Brasil. Por dois meses consecutivos, Contagem é a 1ª cidade em geração de emprego em Minas Gerais e a 21ª nesse mesmo quesito no Brasil. No governo da presidenta Dilma o País vive uma situação de pleno emprego e controle da inflação. Esse é um dado positivo.



Contagem também colhe frutos muito positivos com a nossa fundação de ensino que hoje oferta cursos do Pronatec para capacitar os nossos trabalhadores e a nossa juventude, fruto da política acertada da Presidenta Dilma. E o mais importante: hoje, Contagem está em festa, pois, depois de muito tempo, conseguimos garantir 100% de atendimento na atenção básica da saúde, com atendimento médico, por meio do programa Mais Médicos. Contagem recebeu de braços abertos os médicos que representam o socialismo cubano. Contagem hoje tem o programa Mais Médicos, com os cubanos trabalhando a favor do Brasil, do nosso povo. Para nós, o mais importante é o médico, não importa de onde venha, o que importa é o compromisso com os trabalhadores, com o povo brasileiro, e o programa Mais Médicos é uma marca disso.

Sr. Presidente, estou muito feliz por ser militante do PCdoB, por fazer parte dessa história e por ter tido a oportunidade de viver dois governos do presidente Lula e terei também a oportunidade, com a força do povo, de viver dois governos da presidenta Dilma.

Para encerrar, quero dizer que, nos quadros de Minas Gerais, temos muitas pessoas que podem ajudar Minas a avançar no rumo do Brasil, como é o caso da nossa caríssima deputada federal Jô Moraes, que tem o sangue dos mineiros, a garra da luta e a marca do PCdoB. Viva o PCdoB!

Palavras do Senador Inácio Arruda

Boa noite a todos. Vamos, então, depois dos poetas, cantar: “Oh, Minas Gerais!” Bom, pessoal, quero cumprimentar os componentes da Mesa: Mário Henrique Caixa, nosso presidente; Renato Rabelo, nosso presidente do PCdoB, que fez um belíssimo pronunciamento; Vanessa e Jandira, nossas líderes na Câmara e no Senado; Jô Moraes, essa figura extraordinária, cujo sangue já é mineiro, saiu da Paraíba e emergiu em Minas Gerais; nossos companheiros do PMDB - aqui estão vários parlamentares -, do PV e do PSD, é muito importante que esses partidos participem desta homenagem, pois muitos estiveram em trincheiras conosco na luta democrática; o Carlinhos, representando os nossos prefeitos; os nossos vereadores; a UNE; a CTB; e o Wadson, nosso presidente.

Estou plenamente satisfeito com tudo o que foi dito e acrescentaria pouco nesta festa belíssima que vivenciamos agora, em Minas Gerais, em homenagem aos 92 anos do PCdoB. Caro Zaire, nosso colega de muita luta na Câmara Federal, que é do tempo em que a batalha era oposicionista no Congresso Nacional. Uma coisa muito importante: o nosso partido se transforma em uma grande necessidade da luta política do nosso povo. Essa sua trajetória longa é exatamente o registro dessa necessidade do nosso partido, representando os que produzem riqueza, os que trabalham, os que constroem, os que estudam e compreendem a necessidade das mudanças profundas de que precisa o nosso país, daqueles que sabem da necessidade dos temas aqui apresentados pelo Renato, de uma reforma urbana profunda em nosso país.

O povo não explodiu nas ruas à toa, explodiu porque sabe que precisa fazer essa reforma. Da luta pela produção rural, do campo, da reforma agrária mais ampla, e com essa capacidade de produzir alimentos como riqueza do nosso país. A necessidade da formação, do preparo do nosso povo na educação, no ensino fundamental, na formação técnica, na formação superior. Essas conquistas que são movimentos onde o nosso partido se inseriu. A luta para reformar os meios de comunicação de massa, monopólio nas mãos de duas ou três grandes famílias nacionais segurando a informação, cerceando e muitas vezes censurando em seus órgãos de mídia. Agora, hoje, na atualidade.

Nosso partido, portanto, é um partido necessário porque essas mudanças profundas exigem não só o conhecimento, não só o estudo, não só a luta de rua, mas exigem a consciência da transformação. É essa a nossa marca, agir com consciência sabendo da profundidade das reformas que precisam ser feitas, e ao mesmo tempo, sabendo dessas mudanças profundas, fazê-las com amplitude, no diálogo profundo com todos os setores da sociedade. É isso que na história do nosso partido, disse pela manhã na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, atraiu figuras extraordinárias de todos os setores, da ciência às artes. Oscar Niemeyer veio para cá por essa consciência. Vinícius pediu para entrar no partido e escreveu *O operário em construção*. Portinari, o gigante das artes, estava aqui na trincheira do Partido Comunista. E quantos grandes intelectuais e operários se formaram na luta e ocuparam a trincheira no PCdoB.

Essa trajetória e grande atração de forte liderança do povo em todos os setores ocorreram exatamente pela razão e pela necessidade de grandes transformações no nosso país. Muitas coisas ainda estão por ser feitas. A vitória de Lula, um operário, é também um fato marcante na vida do partido. Nosso partido, na redemocratização, poderia ter lançado um candidato a presidente da República. Na época, o tempo de tevê, que se transformou em um objeto de desejo de todos os candidatos, era satisfatório. Podíamos ter entrado, podíamos ter lançado um candidato, mas o partido concluiu que o mais sábio era fazer uma frente para ampliar. E assim apoiamos Lula, que se transformou nessa grande liderança do povo.

E não é pouca coisa eleger um operário para presidir uma nação capitalista, continental e a 5ª maior em população. Não é pouca coisa, foi um grande feito do nosso povo. Esse metalúrgico colocou o País de pé novamente. Ali foi muito importante nossa presença, e pela primeira vez participamos do governo. Na sequência, uma mineira que emergiu no Rio Grande do Sul, como a Jô vindo da Paraíba, depois de prisão, depois de torturas, elegeu-se presidente da República do nosso país. No campo da esquerda, com a participação dos comunistas já em uma frente ampla, nós tivemos toda essa trajetória que o Renato descreveu, da luta para tentar impedir a nossa presença no cenário político. Exatamente porque nosso partido é um fator consciente dessa massa gigantesca de operários e trabalhadores do Brasil, que compreende as necessidades de profundas transformações e opina sobre como fazer, como construir um movimento forte, uma central operária capaz de dialogar com as demais para fazer uma frente em defesa dos trabalhadores; um movimento juvenil que conduz uma entidade respeitadíssima e querida do povo, que é a UNE.

Para dar sequência à luta política, a presidenta Dilma deve ser reeleita, respeitando todos os candidatos, porque é assim a nossa trajetória na democracia: o maior respeito, mas defendendo nossas ideias com vigor. Deve-se dar passadas mais largas no Brasil, o que nos exige mais energia e também que o partido busque, com o apoio dos aliados, ampliar a presença na cena política, em todas as frentes, na frente juvenil, nas universidades, na intelectualidade, nesse meio artístico e cultural fabuloso do Brasil. É preciso ampliar nossa presença nesta Assembleia elegendo uma forte bancada de deputados estaduais, uma forte bancada federal para estar presente no Congresso Nacional, no Senado, na Câmara.



Pela primeira vez na história do nosso país vislumbra-se a conquista de um governo de Estado por um membro do PCdoB, o que seria um feito extraordinário num estado grande da Federação como o Maranhão. A vitória seria importantíssima e ampliaria a energia do povo brasileiro para mudanças mais profundas. Essa necessidade se impõe não só porque precisamos estar mais fortes para opinar, mas porque uma frente ampla em torno da presidenta Dilma, vencendo as eleições, precisa sobretudo consolidar o nosso projeto e ajudar esta América do Sul que elegeu um índio para governar a Bolívia, um motorista de ônibus para governar a Venezuela, um tupamaro para dirigir o Uruguai e uma mulher chilena para o segundo mandato, que também foi perseguida pela ditadura de Pinochet. Vejam o importante papel do Brasil nesse cenário político. Precisamos dar e ampliar nossa contribuição, que já tem 92 anos de trajetória. Queremos viver 500 anos, 600 anos, mas cumprindo nossa responsabilidade, nossa missão de ampliar as veredas, como diria Guimarães Rosa, para a construção de uma sociedade socialista em nosso país. Vivam os 92 anos do PCdoB! Abraços, boa noite.

Palavras do Sr. Wadson Ribeiro

Boa noite a todas e a todos. Vou falar em pé para ser visto, alto para ser escutado e rápido para ver se ganho aplausos ao final. Saúdo o prefeito Cesinha, de Cataguases, cidade que tem uma intensa história do comunismo, onde há muitos artistas. O cinema brasileiro agradece muito a Cataguases. Saúdo os demais prefeitos, Denilson e Carlin Moura, e nossa bancada de vereadores, secretários municipais e partidos presentes, o PT, o PV e o PMDB, que tiraram um tempo precioso de suas agendas para prestigiar o evento de aniversário de nosso partido.

Uma saudação aos nossos deputados Mário Henrique Caixa e Celinho do Sinttrocel; aos nossos senadores Inácio e Vanessa; à nossa deputada federal e líder da bancada do PCdoB, Jandira; ao Gilson, que muito bem representa nosso partido na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Uma saudação especial também à nossa deputada federal Jô Moraes.

Companheiros, poderíamos dizer e dizemos que essas últimas nove décadas do Brasil se confundem com as bandeiras vermelhas do PCdoB. Se nessas nove décadas houve lutas que significaram a libertação do nosso povo; que significaram o direito e mais conquista para os trabalhadores; que significaram a livre organização dos movimentos; que significaram a luta constante pelo desenvolvimento do nosso Brasil; que significaram a busca pela democracia, pela igualdade, pela soberania; em todas essas lutas estiveram presentes as bandeiras vermelhas do nosso glorioso PCdoB.

Renato, em Minas escutamos muito uma música - e no Brasil inteiro, porque é uma música não mineira, mas nacional - que diz o seguinte: "se muito vale o já feito, mais vale o que será". E olhamos para todo esse processo de nove décadas que o PCdoB completa, de 92 anos, orgulhando-nos muito de todas essas lutas. Orgulhamo-nos de lutas que fizeram surgir no Brasil um partido comunista, já desde a década de 1920, que surge num ambiente de muita efervescência política, intelectual, cultural, no Brasil e no mundo. Um partido que lutou, e parte importante dos seus quadros tombaram, foram assassinados, torturados, em períodos que o Brasil não experimentou a democracia e viveu sob regimes ditatoriais.

Como disse muito bem o texto do nosso presidente, penso que esse partido também foi fundamental na conquista pela democracia, nas lutas, no processo da anistia, nas Diretas Já, na participação importante na Constituinte de 1988. Mas penso, Renato, que uma grande contribuição que o nosso partido também deu à democracia brasileira, a nossa perspectiva de busca da soberania, de liberdade, de democracia, é exatamente o seu posicionamento e o seu lado em todo esse período mais recente da nossa história. O PCdoB esteve ao lado da primeira eleição de um presidente operário, trabalhador, que chegou ao poder em 2003, que foi Luiz Inácio Lula da Silva. O PCdoB esteve ao lado da conquista da Presidência da República pela primeira mulher que chegou à Presidência da República, a nossa presidenta Dilma Rousseff. E essas questões na conjuntura política atual são tão relevantes, ou com uma relevância ainda maior do que todas essas nove décadas em que o PCdoB, de forma muito intensa e aguerrida, militou, difundiu e defendeu a causa dos trabalhadores em nosso Brasil.

Renato, este momento que vivemos no Brasil e talvez neste auditório hoje, em que passaram nos prestigiando partidos importantes como o PT, o PMDB e outros, dá-nos conta de que passou por este auditório também a perspectiva de construção de uma Minas mais democrática, de uma Minas mais desenvolvida e de uma Minas que não esteja sob o domínio do neoliberalismo.

Hoje as candidaturas ou pré-candidaturas do ex-ministro Fernando Pimentel, do nosso senador Clésio e da nossa deputada Jô Moraes dão conta de que essas forças unidas, no 1º ou no 2º turno, buscarão a vitória de todos esses guerreiros e guerreiras que não aguentam mais um ciclo de 20 anos de poder dessas forças neoliberais no nosso estado. É também essa correlação de forças que vai nos reconduzir a mais uma vitória importante à Presidência da República. Não uma vitória pela vitória, mas no entendimento de que a presidenta Dilma precisa, nessa quarta vitória do povo, atualizar seus compromissos e seu programa para fazer com que o Brasil dê um salto ainda de maior alcance rumo a seu desenvolvimento; um salto que busque enfrentar gargalos importantes que hoje atravancam nosso desenvolvimento; um salto que altere a correlação de forças e dê condições para que o nosso governo altere de forma ainda mais profunda os pressupostos dessa política macroeconômica; um salto que signifique, como significaram os oito anos do presidente Lula e têm significado os quatro anos da presidenta Dilma, uma América Latina mais soberana, mais unida e mais coesa em torno do seu desenvolvimento.

O aniversário do PCdoB mostra que o partido é bom de briga. Os temas mais importantes do nosso desenvolvimento no último período estiveram a cargo de companheiros do PCdoB. Foi assim a condução da Copa do Mundo, que significa investimentos importantes para o nosso desenvolvimento e uma projeção internacional do País jamais vista. Foi também sob a direção de membros importantes do nosso partido a condução da Agência Nacional do Petróleo - ANP -, um setor estratégico para o nosso desenvolvimento. Foi assim também a condução de um profundo debate com o ex-deputado federal e hoje ministro Aldo Rebelo sobre o Código Florestal. Foram questões nodais para o nosso desenvolvimento; questões importantes, que buscam justamente atacar esses gargalos e projetar o Brasil para um novo cenário, um cenário de mais prosperidade, mais desenvolvimento e maior democracia.

É por isso que este aniversário do PCdoB marca uma conjuntura muito importante do nosso país, na qual nosso partido está metido. Uma conjuntura em que relembremos os 50 anos do golpe militar, para que isso nunca mais se repita na história do nosso país. Uma conjuntura em que o povo brasileiro está chamado a escolher, em outubro, sobre dois rumos distintos de país: aquele defendido pelos neoliberais, que jogaram o nosso país no subdesenvolvimento, na precarização do trabalho e nas privatizações, ou aquele em que



reafirmaremos um novo tempo, um tempo marcado por soberania, desenvolvimento e busca de uma perspectiva diferente. É nesse contexto de uma importante luta política no Brasil e no mundo que o PCdoB celebra os seus 92 anos. Noventa e dois anos que darão conta de que o papel dos comunistas e do PCdoB é muito importante para alcançarmos essa sociedade que defendemos desde o dia 25/3/1922.

Mas queria quebrar um pouco o protocolo. O cerimonial fez um excelente trabalho e deixou tudo organizado para nós, mas uma coisa não estava no *script*. Agora, apesar de a Jô repetir desde o início que não quer falar, vou quebrar o protocolo, e a Assembleia que me perdoe, porque neste ato de aniversário do PCdoB, que tão gentilmente a nossa direção nacional atribuiu a Minas realizar, quero, em nome de toda a nossa direção e de toda a nossa militância, passar a palavra à nossa deputada federal Jô Moraes, para que, ela sim, possa encerrar esta celebração. Para nós, a Jô representa uma mulher mais mineira do que todos os que nasceram em terras mineiras, porque é uma paraibana talhada com o que há de melhor em Minas - entre outras coisas, a terra natal da Jô, como a nossa terra, tem uma excelente cachaça, um povo de luta e um povo guerreiro. Saudações ao PCdoB, por nosso 92º aniversário; saudações à nossa deputada Jô Moraes. Um abraço.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Já estamos no encerramento. É evidente que falamos muito, não só porque era necessário, mas porque não estamos fazendo um aniversário, mas uma celebração, em um momento em que a política cai no descrédito.

Nesta noite, celebramos a alegria de fazer a política, a alegria de acreditar no País, a alegria de lutarmos juntos, a alegria de conviver com os aliados. E é neste momento que quero agradecer profundamente à militância deste partido na pessoa da Cida Vieira, que se dedica inteiramente a organizar as trabalhadoras; do Expedito, de Capelinha, do Norte de Minas; e do nosso novo filiado do PCdoB, José Pedro, filho do Pedro Amaral e da Isadora, que nasceu há três dias. Acreditamos todos no futuro. Vamos que o futuro nos pertence, porque a luta é o caminho da esperança. Boa noite.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos novamente. Vou ler o pronunciamento do nosso querido presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro. Na pessoa do nosso querido presidente, Renato Rabelo, aproveito para cumprimentar toda a Mesa. (- Lê:) “A presente homenagem ao Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista - representa o merecido reconhecimento a uma agremiação política que tem participado dos momentos fundamentais da história do País, sempre comprometida com a transformação social. Trata-se de uma trajetória que busca persistentemente nossa soberania, marcada pela promoção do socialismo num ambiente democrático e de justiça social. Herdeiro da tradição dos movimentos operários iniciados nas primeiras décadas do século XX, o partido está na origem das mais antigas reivindicações e conquistas do trabalhador brasileiro.

Nos anos 1920, elegeu, no Rio de Janeiro, seus primeiros vereadores, vinculados ao sindicalismo, que dava seus primeiros passos na arena política da nação. Opondo-se à ditadura de Getúlio Vargas na década seguinte, também marcou posição contra o nazismo e o fascismo que grassavam por todo o mundo, comprometendo a liberdade e a autodeterminação dos povos. Vítimas de dura repressão, os comunistas passaram a atuar na clandestinidade, quando despontou a histórica liderança de João Amazonas, uma das personalidades mais firmes e admiráveis de sua época. Afastados da política representativa, prosseguiram os membros do partido atuando no seio do movimento operário e lutando pela terra. Foi assim que fizeram cerrada resistência aos militares, no lamentável período da ditadura, com o engajamento de estudantes em seus quadros e a participação na luta armada, o que lhe rendeu a mais feroz e acirrada perseguição. Vários militantes pagaram com a vida pelo envolvimento na guerrilha do Araguaia. Apenas em 1985 o partido pôde voltar à legalidade, e seus cinco deputados, eleitos no pleito que se seguiu, foram dos mais ativos na elaboração da Constituição de 1988. Nesta Casa, distinguiram-se nas últimas legislaturas, como ativos parlamentares, o deputado Carlin Moura e a deputada Jô Moraes, substituídos pelos atuantes Celinho do Sinttrocel e Mário Henrique Caixa.

Hoje, o PCdoB experimenta um momento de fortalecimento, com o aumento do número de filiados e de sua influência na sociedade, sem perder sua independência ou sua orientação ideológica. Um partido moderno, pronto para encarar os desafios de um mundo que se reestrutura e se reequilibra. Com todas as implicações que recaem sobre nosso país, os comunistas continuam na vanguarda na busca de melhores condições de vida e de trabalho para os nossos cidadãos. O socialismo, renovado, permanece como a grande resposta humanitária aos problemas de um mundo tecnológico, consumista e de forte apelo individualista. A construção de uma sociedade mais justa continua presente e necessária no nosso horizonte, aprofundando a vivência da democracia e contribuindo para o amadurecimento das práticas de nossa cidadania. Sendo o mais antigo participante de nossa vida política, o PCdoB tem à sua frente um futuro de grandes contribuições à superação dos desafios que nos esperam. Aos seus militantes e dirigentes, dedicamos esta justíssima comemoração. Muito obrigado.”

Apresentação Musical

O presidente - Finalizando a nossa cerimônia, ouviremos o violinista e compositor Pereira da Viola, que apresentará as músicas *Los hermanos* e *Meu fraco é a viola*.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 25/3/2014.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2013**

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Vanderlei Miranda, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB) e Celinho do Sintrocel (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tiago Ulisses, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: os Projetos de Lei Complementar n°s 53 e 54/2013 no 1º turno (deputado Leonardo Moreira); Projetos de Lei n°s 4.442/2013 (deputado Gustavo Corrêa); 4.443/2013 (deputado Inácio Franco); e 4.647/2013 (deputado Leonardo Moreira), todos no 1º turno. O deputado Rogério Correia apresenta requerimento para que os Projetos de Lei Complementar n°s 53 e 54/2013 sejam apreciados em último lugar na sua fase. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 4.439, 4.440 e 4.648/2013 são retirados de pauta por determinação do presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Retira-se da reunião o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 3.795/2013 na forma do Substitutivo n° 2 (relator: deputado Rogério Correia) e 4.647/2013 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça. (relator: deputado Leonardo Moreira). O Projeto de Lei n° 3507/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres dos relatores deputados Leonardo Moreira, que concluem pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar n°s 53/2013 com as Emendas n°s 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e 54/2013 com as Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça; Gustavo Corrêa, do Projeto de Lei n° 4.442/2013 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça; Inácio Franco, do Projeto Lei n° 4.443/2013 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas n°s 1 e 2. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n°4.520/2013. Nos termos da Emenda à Constituição n° 91, de 2013, deliberaram por voto aberto votando “sim” os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Adalclever Lopes. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.007 e 6.029/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a Lei n°18.037, de 12 de janeiro de 2009, e a violação de direitos dos profissionais que atuam como despachantes no Estado, e em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os Projetos de Lei Complementar n°s 53 e 54/2013. Este requerimento recebe o voto contrário do deputado Leonardo Moreira; Sargento Rodrigues(2) em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências para que proceda à abertura de procedimento administrativo disciplinar contra o Ten. Cel. BM Primo Lara de Almeida Júnior, tendo em vista denúncia de prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 64, II, do Código de Ética e Disciplina (Lei n°14.310/2012); em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Minas Gerais pedido de providências para continuidade e conclusão de investigação decorrente de denúncia realizada pelo Cap. BM Daniel Josias Ribeiro Camelo sobre ato de improbidade administrativa praticado pelo Ten. Cel. BM. Primo Lara de Almeida Júnior no âmbito do 6º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, em Governador Valadares. É recebido o requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o Decreto n° 45.357, de 2010, e a Resolução da Secretaria de Planejamento e Gestão n° 007, de 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária amanhã, dia 13 de novembro, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente - Inácio Franco - Antônio Carlos Arantes - Leonardo Moreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/2/2014

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Rômulo Veneroso, Cabo Júlio e Duílio de Castro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ronaldo J. G. Roggini, superintendente regional da Caixa Econômica Federal (28/12/2013); e Jacson Rafael Campomizzi, coordenador do Procon-MG (6/2/2014). O deputado Duílio de Castro retira-se da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



- nº 8.994/2014, do deputado Rômulo Veneroso e da deputada Liza Prado, em que solicitam seja encaminhado à operadora de telefonia celular TIM pedido de informações sobre a prestação de serviços oferecida aos consumidores do Município de Vespasiano, em virtude de várias reclamações feitas por cidadãos desse local;

- nº 8.995/2014, do deputado Rômulo Veneroso e da deputada Liza Prado, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os furtos de bagagens ocorridos no Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

- nº 8.996/2014, do deputado Rômulo Veneroso e da deputada Liza Prado, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, denúncias de venda de vagas para o curso de medicina em faculdades e universidades no Estado e os possíveis danos causados ao consumidor;

- nº 8.997/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, as condições técnicas das piscinas coletivas em Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Rômulo Veneroso, presidente - Cabo Júlio - Fred Costa.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/3/2014

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Perrella, Dalmo Ribeiro Silva e Gustavo Valadares (substituindo a deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento de sua autoria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Afonso Gonzaga, Presidente do Sindicato da Indústria da Fundação no Estado de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 23/12/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.037, 7.158, 7.167, 7.172, 7.191 e 7.203/2014. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.685/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.198/2014, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a legislação referente a rojões e outros artefatos explosivos no Estado de Minas Gerais

- nº 9.199/2014, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os desafios e os avanços do setor têxtil de Divinópolis e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente - Rômulo Veneroso.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/3/2014

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da Comissão. Retira-se do recinto o deputado Fabiano Tolentino. Assume a presidência o deputado Inácio Franco. A seguir, o presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Soraya, oficiala da 7ª Promotoria de Justiça de Ipatinga, informando o indeferimento de instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil acerca da distribuição e comercialização do queijo artesanal mineiro nas feiras livres desse Município e na Região Metropolitana do Vale do Aço, assunto que foi tratado em audiência pública conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e do Trabalho, da Previdência e Ação Social, em 28/6/2011; e do Sr. Adriano Magalhães Chaves, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informando o recebimento da cópia das notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária desta Comissão, que teve por finalidade obter informações para a construção de uma política estadual de abastecimento alimentar, comunicando que o objeto da demanda pertine à pasta da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -. Comunica, também, o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires (3), secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (6/2/2014 e 15/2/2014), e dos Srs. Waldir Lemos, Presidente da Brastece (30/1/2014), Eduardo César Moreira, presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba (6/2/2014), Fernando Paes, chefe de gabinete da Presidência da Finep (6/2/2014), Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente regional do Incra em Minas Gerais (6/2/2014), e João Ascânio Ribeiro, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (6/2/2014). Passa-se da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.674/2013 (relator: Fabiano Tolentino), 4.734/2013 com a Emenda nº 1, votada em separado, 4.747/2013 (relator: deputado Romel Anízio) e 4.749/2013 (relator: deputado Inácio Franco), que receberam parecer por sua



aprovação, tendo votado “sim” os deputados Inácio Franco, Duarte Bechir e Paulo Guedes. Retira-se o deputado Paulo Guedes, que é substituído pelo deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do MSC. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.752, 4.753, 4.770 e 4.776/2013 (relator: deputado Inácio Franco); 4.760 e 4.781/2013 (relator: deputado Romel Anízio), este último com a Emenda nº 1, votada em separado, e 4.766/2013 (relator: deputado Fabiano Tolentino), que receberam parecer por sua aprovação, tendo votado “sim” os deputados Inácio Franco, Almir Paraca e Duarte Bechir. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.161/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.584 e 4.615/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.214/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para, em audiência pública, dar continuidade aos debates referentes às questões do Plano de Carreira e Concurso Público da Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater - e seja convidada para essa audiência a Comissão de Administração Pública.

- nº 9.222/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para viabilizar a abertura de concurso público para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, até o mês de abril, devido ao fato de este ser ano eleitoral.

- nº 9.224/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião no Município de Montes Claros para discutir, em audiência pública, a viabilidade de criação e implantação de uma Central de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasa - nesse município.

- nº 9.225/2014, dos deputados Inácio Franco e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os valores referentes às multas ambientais que foram repassados para o programa Bolsa Verde nos últimos quatro anos, bem como sobre a previsão de repasses para os próximos anos.

- nº 9.226/2014, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, a possível federalização do Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo - Itac -, pertencente à Epamig de Pitangui.

- nº 9.227/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a aplicação das Lei nºs 19.476/2011, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no estado e dá outras providências, e 20.549/2012, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais do Estado.

- nº 9.228/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as políticas públicas relativas à agricultura familiar, entre elas a regularização fundiária.

- nº 9.229/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada nova visita ao Procurador-Geral do Estado e ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente - CAO-MA - do Ministério Público do Estado para debater a aplicação da Lei Florestal Mineira - Lei nº 20.922, de 16/10/13 - pelos promotores de Justiça do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Fabiano Tolentino.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Rogério Correia (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do MSC) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: convite da Sra. Maria Helena Batista Murta, da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro, em que convida os membros desta comissão para participar de audiência pública, no dia 19 de março, às 19 horas, no Município de Nanuque, para debater o relatório de impacto ambiental do empreendimento Grupo Simão Nanuque; e *e-mail* do Sr. Leonardo Batista Amancio, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, em que denuncia a existência de um lixão em sua cidade, e ofício do Sr. Fernando Flecha de Alkmim, chefe do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto, publicado no *Diário do Legislativo* em 13/3/2014. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.811/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Rômulo Veneroso. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2012 (relator: deputado Duarte Bechir). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.036/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.307/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à delegada titular da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna de Minas Gerais pedido de informações sobre as atividades desenvolvidas no ano de 2013, com o envio de relatório a esta comissão;



- nº 9.308/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o efetivo e melhorar a estrutura da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna de Minas Gerais, haja vista a existência de apenas um servidor efetivo e dois servidores cedidos lotados na referida delegacia;

- nº 9.309/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhada à Sra. Cecília Falcão Barroso cópia da documentação recebida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em resposta ao Requerimento nº 5.546/2013, por meio do qual foi encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça o Parecer Técnico nº 2.488/2012, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, que trata das condições ambientais da Bacia do Córrego Lareira, no Bairro São João Batista;

- nº 9.310/2014, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja encaminhado à Superintendência do Grupo Vitória da União pedido de informações sobre as licenças ambientais concedidas para implantação dos empreendimentos Vitória Tennis Prime Residence, Montreal Tênis Residence, Vitória Tênis Estância da Cachoeira, Victoria Golf Residence, Condomínio Represa Ville, Condomínio Recanto da Serra e Champagne Tênis Residence;

- nº 9.311/2014, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as licenças ambientais concedidas ao Grupo Vitória da União para a implantação dos empreendimentos Vitória Tennis Prime Residence, Montreal Tênis Residence, Vitória Tênis Estância da Cachoeira, Victoria Golf Residence, Condomínio Represa Ville, Condomínio Recanto da Serra e Champagne Tênis Residence;

- nº 9.316/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as repercussões ambientais do Decreto com Numeração Especial 30, de 22/1/2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Célio Moreira, presidente - Rogério Correia.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva e Duilio de Castro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nºs 4.973, 4.987 e 4.990/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.968, 4.969, 4.979, 4.986 e 4.989/2014 (deputado André Quintão); 4.965, 4.966 e 4.967/2014 (deputado Leonídio Bouças); 4.970, 4.971, 4.981, 4.983 e 4.985/2014 (deputado Duilio de Castro); 4.982, 4.984 e 4.994/2014 e Projeto de Resolução nº 4.959/2014 (deputado Sebastião Costa); 4.975, 4.978, 4.991 e 4.993/2014 (deputado Gustavo Perrella); e 4.964, 4.972, 4.974, 4.976, 4.977, 4.988 e 4.992/2014 (deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando que o Projeto de Lei nº 4.828/2014 seja apreciado em primeiro lugar nesta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.828/2014; 3.851/2013 com a Emenda nº1; 4.948/2014 na forma do Substitutivo nº 1; e 1.475/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o último em virtude de redistribuição); 1.271/2011, 3.031/2012 na forma do Substitutivo nº 1; e 3.123/2012 com a Emenda nº 1 (relator: deputado André Quintão, sendo o segundo em virtude de redistribuição); 4.220/2013 na forma do Substitutivo nº 1; 4.257/2013 com a Emenda nº 1; 4.475/2013 com a Emenda nº 1; 4.683/2013 (relator: deputado Sebastião Costa); e 4.455/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 774/2011; à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 4.919/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 1.690/2011 (relator: Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 4.833/2014; ao autor, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito municipal de São José do Goiabal o Projeto de Lei 4.940/2014 (relator: deputado Leonídio Bouças); e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito municipal de Canaã o Projeto de Lei nº 4.939/2014 (relator: deputado André Quintão). Os Projetos de Lei nºs 3.999/2013 e 4.219/2013 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado André Quintão, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.725/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.497/2011, 4.129/2013 e 4.294/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 3.444/2012 na forma do Substitutivo nº 1; 4.543/2013 com as Emendas nºs 1 e 2; 4.670/2013 com as Emendas nºs 1 e 2; e 4.930/2014 (relator: deputado André Quintão); 4.562/2013 com a Emenda nº 1; e 4.668/2013 (relator: deputado Duilio de Castro). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.661/2013 (relator: deputado Duilio de Castro). Neste



momento, registra-se a saída do deputado Duílio de Castro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.652/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 4.910/2014 com a Emenda nº 1 (relator: deputado André Quintão, em virtude de redistribuição); e 4.932/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado pedido de informação, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, ao autor do Projeto de Lei nº4.912/2014 para que o processo seja instruído com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Luiz Henrique.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Mário Henrique Caixa e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nº 4.837/2014 (Ulysses Gomes), nº 4.885/2014 (Tenente Lúcio) e nº 4.904/2014 (Mário Henrique Caixa), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.837/2014. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.202/2014. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº4.712/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.319/2014, dos deputados Tenente Lúcio, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite, Fábio Cherem e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão Extraordinária da Copa do Mundo para apresentação do relatório circunstanciado das ações preparatórias do Governo do Estado para a Copa de 2014, pelo secretário de Estado do Turismo e Esporte de Minas Gerais;

- nº 9.320/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as estratégias para coibir o tráfico de pessoas durante o período da Copa do Mundo de 2014;

- nº 9.321/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes para incluir os Jogos do Interior de Minas - Jimi - e os Jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg - no edital do programa Minas Olímpica Bolsa Atleta;

- nº 9.322/2014, do deputado Marques Abreu, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater em audiência pública a execução das obras do Centro de Treinamento Esportivo da UFMG, visando dar continuidade à visita realizada em 2012;

- nº 9.323/2014, do deputado Marques Abreu, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Leandro Dornellas Maia, diretor da Escola Estadual Cônego Joaquim Monteiro, no Município de Matias Barbosa, pela conquista do 2º lugar da equipe feminina no Campeonato Brasileiro Escolar de Handebol realizado em Guarapari (ES).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Marques Abreu, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014

Às 16h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, é aprovado o requerimento:

- nº 9.004/2014, da deputada Liza Prado, na forma do Substitutivo nº 1, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de providências para que se apure a denúncia por irregularidades em atividade de pesquisa, registrada por Dorotides Resende Borges e Imar Borges de Resende, sob o nº 48403-933043/2012-15, contra Fernando Esteves Fernandes, no âmbito do processo administrativo nº 833.613/2006.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

- nº 9.328/2014, do deputado Tiago Ulisses, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os impactos e as ações para mitigar os efeitos do baixo nível do reservatório do Lago de Furnas; e



- nº 9.329/2014, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a destinação da Serra da Gandarela.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Sávio Souza Cruz, presidente - Carlos Henrique - Wander Borges - Duarte Bechir.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.258/2014, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Anvisa, ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público Federal pedido de providências para que seja avaliado o glicosímetro da marca Cepa GC e proibido o seu uso, caso se confirmem os problemas apontados em seu funcionamento;

- nº 9.259/2014, dos deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta, Pompílio Canavez e Arlen Santiago, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à inclusão do exame de anticorpos anti-GAD na tabela de procedimentos do SUS;

- nº 9.260/2014, do deputado Pompílio Canavez, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações que menciona sobre o uso do glicosímetro da marca Cepa GC pelo Estado, no atendimento aos usuários; e seja encaminhado ao mesmo órgão e à Secretaria de Saúde de Santa Luzia pedido de providências para que tal aparelho seja retirado de circulação nesse município (emendado pelo deputado Carlos Mosconi);

- nº 9.261/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a saúde física e emocional dos servidores do Poder Judiciário;

- nº 9.262/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a implantação do serviço de mamografia em Três Pontas, com a destinação de mamógrafo digital e demais equipamentos necessários;

- nº 9.263/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a agilização do projeto de construção do Hospital Regional de Nanuque;

- nº 9.264/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à destinação de tomógrafo para o Hospital Municipal de Bocaiuva;

- nº 9.330/2014, do deputado Carlos Mosconi, em que solicita seja realizada reunião em 7 de abril para comemorar o Dia Mundial da Saúde e debater, em audiência pública, o financiamento da saúde, problemas do SUS, honorários médicos, relacionamento dos planos de saúde com a classe médica e o programa Mais Médicos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Carlos Mosconi, presidente - Carlos Pimenta - Pompílio Canavez.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Romel Anízio, Gustavo Corrêa, Duarte Bechir e Célio Moreira (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados João Vítor Xavier e Lafayette de Andrada, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Romel Anízio, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 14h31min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Zé Maia, Romel Anízio, Sebastião Costa e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Jayro Lessa, por indicação da liderança do BTR). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 13/3/2014: ofícios da Sra. Ana Luiza Müller, diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (substituta); e dos Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado; Antônio José Gonçalves Henriques, diretor executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (2); Carlos Leonardo de Araujo Delgado, gerente de Tesouraria do Departamento de Administração Financeira do BNDES, e Tufi Michreff Neto, diretor de Administração e Finanças da Embratur. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para cuja relatoria designou os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.410/2013 (deputado João Vítor Xavier); 4.552/2013 (deputado Adalcleber Lopes); 4.873/2014 (deputado Romel Anízio) e 4.875/2014 (deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno; Projeto de Resolução nº 4.928/2014 (deputado Romel Anízio) e Mensagens nºs 614, 616 e 620/2014 (deputado Lafayette de Andrada); 615, 618 e 622/2014 (deputado João Vítor Xavier); 617, 621 e



623/2014 (deputado Romel Anízio) e 619/2014 (deputado Zé Maia), em turno único. São retirados da pauta os Projetos de Lei nºs 69/2011 e 2.955/2012, atendendo-se a requerimento do deputado Romel Anízio, aprovado pela comissão; 1.745 e 2.541/2011, por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela ratificação, por meio de projetos de resolução apresentados pelos relatores, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 614, 615, 620 e 627 a 629/2014 (relator: deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição no caso das três primeiras mensagens); 618 e 622/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 619/2014 (relator: deputado Zé Maia) e 623/2014 (relator: deputado Romel Anízio); e dos Convênios nºs 189, encaminhado pela Mensagem nº 616/2014 (relator: deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição); 9, encaminhado pela Mensagem nº 617/2014, e 191, encaminhado pela Mensagem nº 621/2014 (relator: deputado Romel Anízio); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.623/2012 (relator: deputado Romel Anízio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 4.928/2014, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: deputado Romel Anízio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Zé Maia, presidente - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.472/2013, no 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando da Polícia Militar, atendendo-se a requerimento do relator, deputado Cabo Júlio, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.218, 7.247, 7.249, 7.304 a 7.316, 7.331 a 7.333, 7.341, 7.342/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.334/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, o fechamento dos plantões da Polícia Civil na Delegacia Regional do Barreiro, no Município de Belo Horizonte;

- nº 9.335/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas à presidente e ao vice-presidente da República, ao secretário nacional de Segurança Pública, a cada um dos deputados federais, a cada um dos senadores da República e ao ministro da Justiça as imagens registradas pela TV Assembleia com o depoimento de parentes de vítimas de crimes de homicídio, ouvidos na 6ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 18/3/2014;

- nº 9.336/2014, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e do deputado Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, acompanhados de familiares de vítimas de crimes violentos ocorridos no Estado, para debater medidas de prevenção da violência, e sejam convidados a participar os membros do Fórum Legislativo de Segurança Pública;

- nº 9.337/2014, do deputado João Leite, do deputado Cabo Júlio e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para debater as medidas de segurança a serem adotadas por ocasião da Copa do Mundo no Estado;

- nº 9.338/2014, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhada à Presidência da República, ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército Brasileiro manifestação de protesto em função da veiculação nos meios de comunicação da possível desativação de destacamentos do 1º Batalhão de Fronteira, sediado em Corixa, no Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, junto à fronteira da Bolívia, uma vez que a região possui a extensão de 150 Km de fronteira seca, abrange cerca de 20 municípios e certamente ficará vulnerável com a desativação dos destacamentos;

- nº 9.339/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares e ao policial civil que participaram da prisão de quatro pessoas que tentaram assaltar uma casa lotérica em Pouso Alegre, no dia 14 de março de 2014;

- nº 9.340/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares pela prisão de duas pessoas que tentaram explodir um caixa eletrônico do Banco Santander em Caeté, no dia 15 de março de 2014;

- nº 9.341/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 187ª Cia PM/33º BPM pela prisão em flagrante de sete homens e um adolescente por tráfico de drogas no aglomerado Vila Presidente Kennedy, em Betim, no dia 16 de março de 2014.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio - Luzia Ferreira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Liza Prado e o deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado, Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a dar continuidade aos debates referentes as questões do plano de carreira e concurso público na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater-MG - e a discutir e a votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento do ofício do Sr. José Ricardo Ramos Roseno, presidente da Emater-MG, justificando sua ausência nesta reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Mariana Gabriela Moreira, agrônoma e assessora de política agrícola, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg; e os Srs. Emílio Elias Mouchrek Filho, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos; Carlos Augusto de Carvalho, diretor-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais; Marcos de Sousa, técnico agrícola e diretor jurídico do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais - Sintamig; Antonio Gomes Arcaño, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícia, Informações e Congêneres de Minas Gerais - Sintappi-MG; e Luiz Rocha Neto, prefeito municipal de São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, como autor do requerimento deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Antonio Lerin.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2014

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados João Leite (substituindo os deputados Fabiano Tolentino e Fred Costa, respectivamente, por indicação da Liderança do BTR), André Quintão e Almir Paraca (substituindo a deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, na forma dos requerimentos apresentados, as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.868/2013 (relator: deputado André Quintão); 1.869/2013 e 1.870/2013 (relator: deputado André Quintão, em virtude de redistribuição), todas em turno único. A presidência registra a presença de representantes do Parlamento Jovem Minas 2013. Logo após, passa-lhes a palavra, para que façam suas considerações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

André Quintão, presidente - Maria Tereza Lara - Sebastião Costa.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2014

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater a aplicação da Lei Federal nº 12.619, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.709, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Carolina Maseo de Andrade, advogada, representando o Sr. Waldemar Araújo, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de Minas Gerais - Fetram; e os Srs. Lincoln Portela, Antônio Roberto, Mauro Lopes e Ademir Camilo, deputados federais; Adolfo Roberto Moreira Santos, auditor fiscal do trabalho, representando Heli Siqueira de Azevedo, superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (substituto); Maj. PM Cássio Eduardo Soares Fernandes, comandante da Polícia Militar Rodoviária Estadual; Omar José Gomes, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT; Antônio da Costa Miranda, presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais - Fetrominas; Vander Francisco Costa, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais - Fetcemg; Epitácio Antônio dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do



Estado do Paraná - Fetroopar; José Araújo da Silva, presidente da União Nacional dos Caminhoneiros; Valdir de Souza Pestana, presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários de São Paulo; e Ronaldo Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário em Belo Horizonte e vice-presidente da UGT, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Anselmo José Domingos - Paulo Guedes - João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/3/2014

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento do ofício da Sra. Rosângela Maria Dantas, prefeita municipal de Inconfidentes, publicado no *Diário do Legislativo* de 24/3/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.271/2011 (deputado Zé Maia); 1.475/2011 e 4.455/13 (deputado Romel Anízio); 3.031/2012 (deputado João Vítor Xavier); 3.123/2012 (deputado Lafayette de Andrada); 4.475/2014 (deputado Adalclever Lopes); e Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 (deputado Zé Maia). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.745 e 2.541/2011 e 4.552/2013 são retirados da pauta por determinação do presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.302/2014 (relator: deputado Tiago Ulisses); 4.410/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Vítor Xavier); 4.828/2014 e 4.875/2014, este, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada); e 4.873/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Vítor Xavier, em virtude de redistribuição). Suspende-se a reunião. Às 14h34min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputado Zé Maia, Jairo Lessa, Lafayette de Andrada e Dalmo Ribeiro Silva (este substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Zé Maia) e do Projeto de Lei nº 4.828/2014 (relator: deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - João Leite - Sebastião Costa.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/3/2014

Às 9h15min, comparecem no Parque de Exposições no Município de São João da Ponte os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada e subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os conflitos ocorridos nas comunidades quilombolas situadas nos Municípios de Varzelândia e Verdelândia. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Emília da Silva, coordenadora estadual do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos; e os Srs. Antonio Augusto Miranda de São José, analista em reforma e desenvolvimento agrário e ouvidor, representando o Sr. Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente Regional do Inbra; José Carlos de Oliveira Neto, presidente da Associação Quilombolas Brejo dos Crioulos - São João da Ponte; Abelard Carlos Pimenta, chefe de gabinete do prefeito municipal de São João da Ponte; Paulo Roberto Faccion, assessor da Comissão Pastoral da Terra - CPT; Élcio Pacheco, advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Especiais da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembleia para as 9 e as 14 horas do dia 31 de março de 2014, destinadas à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Luiz Humberto Carneiro, Antonio Lerin, Deiró Marra e Gilberto Abramo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2014, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.811/2013****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Juarez Távora, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora de Animais de São Lourenço, com sede no Município de São Lourenço.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.811/2013 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora de Animais de São Lourenço, criada com o objetivo de fiscalizar, julgar e cumprir a legislação federal, estadual e municipal de proteção aos animais, bem como zelar pelo seu cumprimento.

A associação busca evitar abusos, maus-tratos e atos de crueldade praticados contra os animais, promovendo a aplicação dos dispositivos legais vigentes contra os infratores. Paralelamente a essa atuação no campo legal, propõe-se, ainda, a criar e manter um ambulatório, com veterinários, para tratamento de animais abandonados, bem como um asilo para recolhimento e tratamento dos animais abandonados e doentes.

Num momento em que se amplia, nesta Casa, o debate sobre a necessidade de proteção dos animais e se multiplicam as normas sobre essa matéria, uma entidade que se ocupe especificamente desse fim merece o nosso apoio. Consideramos, pois, meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.811/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

Rômulo Veneroso, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.883/2014****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Uberabense de Proteção aos Animais - Supra -, com sede no Município de São Lourenço.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.883/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Uberabense de Proteção aos Animais - Supra -, organização não governamental criada com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção aos animais.

Além de sua atuação no campo legal, a associação se propõe a encaminhar para assistência veterinária os animais doentes, feridos ou vítimas de crueldade, abuso ou maus-tratos, bem como a recolher, sempre que possível, animais abandonados ou extraviados, encaminhando-os, após o devido tratamento, para adoção definitiva ou provisória monitorada.

Num momento em que se amplia, nesta Casa, o debate sobre a necessidade de proteção aos animais e se multiplicam as normas sobre essa matéria, uma entidade que se ocupe especificamente desse fim merece o nosso apoio. Consideramos, pois, meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.883/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

Rômulo Veneroso, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.890/2014**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, com sede no Município de Senador Amaral.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.890/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, fundada em 2006, com sede no Município de Senador Amaral.

A entidade, voltada para a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, propõe-se não só a promover projetos e ações que visem à preservação e à recuperação do meio ambiente urbano e rural, mas também a proteger a identidade física, social e cultural de agrupamentos. Também consta entre seus objetivos a realização de campanhas, eventos, pesquisas e estudos de educação ambiental, bem como a promoção do ecoturismo.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Ambiental São Sebastião dos Campos em prol da comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.890/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de março de 2014.

Rômulo Veneroso, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Túlio Humberto Pereira Costa, atleta do Araxá Esporte Clube, por ter assinalado o milésimo gol na partida entre esse clube e o Mamoré, de Patos de Minas (Requerimento nº 7.202/2014, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Ibitiré pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.375/2014, da Comissão de Assuntos Municipais);

de aplauso aos proprietários do Hotel Fazenda Campo dos Sonhos, em Socorro (SP), pela adaptação das dependências de forma a atender aos critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Requerimento nº 7.391/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência);



de congratulações com a comunidade de São Gonçalo do Rio Preto pelos 52 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.399/2014, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Belo Oriente pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.400/2014, da Comissão de Assuntos Municipais);

de aplauso ao Sr. Marcelo Alexandre do Valle Thomaz, juiz de direito, por sua decisão de deferir pedido de interdição da cadeia pública de Miraí (Requerimento nº 7.413/2014, da Comissão de Direitos Humanos).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 25/3/2014

O deputado Luiz Henrique* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa e público que nos acompanha pela TV Assembleia, foi com muita alegria que, na semana passada, recebi em meu gabinete os Srs. Ibar Vilela de Queiroz e Edvair Vilela de Queiroz, proprietários do Frigorífico Minerva, que adquiriram recentemente o Frigorífico Kaiowa, de Janaúba. Esse frigorífico tem experiência no Brasil, Paulo Guedes, há mais de 30 anos, e é consolidado, com mais de 11 mil funcionários atuando em diversas países do mercado europeu, com frigoríficos também na América Latina, no Uruguai e no Paraguai. Então, é com grande alegria que anunciamos que, com fé em Deus, nos próximos 100 dias esse frigorífico estará atuando na região da Serra Geral.

Nessa ocasião, esteve presente no meu gabinete o Sr. José Aparecido, presidente do Sindicato Rural de Janaúba, que fez uma explanação sobre o gado em nossa região. Ele nos apresentou um informe dizendo que, num raio de 350km em volta de Janaúba, existe um rebanho estimado de mais de 4 milhões de cabeças, o que dará sustentabilidade ao negócio do Minerva. Esteve também presente, naquela ocasião, o prefeito de Janaúba, que está facilitando bastante o trabalho para que o frigorífico possa cumprir suas metas, assim como o deputado estadual Zé Maia, grande amigo dos proprietários, que possui uma planta em Campina Verde.

Então, é com grande alegria e com muita ansiedade que estamos aguardando a reabertura do frigorífico Kaiowa, agora denominado Minerva. Já estou fazendo visitas a setores do governo do Estado tendo em vista a liberação das licenças ambientais. Estamos trabalhando em parceria com a Copasa, que fará o tratamento dos efluentes.

Estou falando sobre uma notícia muito boa, mas, por outro lado, o que me preocupa, sobremaneira, é a Instrução Normativa nº 3, publicada em 20/3/2014, que estabelece requisitos fitossanitários para a importação de banana do Equador.

Fiquei muito preocupado com isso, porque, durante todo o final do ano passado, estive em Brasília com outros deputados estaduais e federais, e com o Dirceu Colares, presidente da Confederação Nacional dos Bananicultores, mineiro de Montes Claros, tentando impedir a importação de bananas do Equador. Realizamos nesta Casa audiência pública na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para discutir à exaustão esse tema. Esta semana, fomos surpreendidos com a Instrução Normativa nº 3, que possibilita a entrada de banana do Equador na nossa economia nacional. O que isso representa? Representa o seguinte: o Brasil é o 4º produtor mundial de banana, e Minas Gerais é o 4º produtor nacional de banana. Na nossa região, Norte do Jequitinhonha, Deiró, a banana representa emprego e renda, e em todo o Brasil. São 500 mil empregos diretos e quase 1 milhão de empregos indiretos. Então, no meu modo de ver, beira a irresponsabilidade a Instrução Normativa nº 3, permitindo a entrada de banana do Equador no Brasil, uma vez que somos autossuficientes em banana. Chego a pensar que a nossa presidenta Dilma está dando uma banana do Equador aos produtores nacionais.

O deputado Deiró Marra (em aparte)* - Primeiramente quero parabenizá-lo. Esse é um tema que tem trazido certo constrangimento, deputado Luiz Henrique. Quero dizer que, em conversa com diretores do IMA, ficou demonstrada a sua grande preocupação: o desestímulo com o cultivo de banana. Sabemos que o Norte de Minas é forte. Hoje temos uma diversidade muito grande também dessa cultura na região do Alto Paranaíba. Algumas cidades têm hoje o seu sustento com essas culturas. Portanto, é importante deixar clara a manifestação do próprio governo de Minas, por meio do IMA, sobre essa questão fitossanitária. É interessante dizer que, às vezes, travamos uma grande batalha para regulamentar as normas.

Quanto à questão da produção do queijo, estivemos juntos e não contamos com grande apoio do governo federal. Ao contrário, encontramos mais barreiras. Agora temos a necessidade de quebrar essas barreiras, de que o IMA possa realmente atuar de forma concreta. Agora existem as instruções normativas para regularizar a questão fitossanitária. Existe, sim, uma grande força atuando para que possamos ter os produtos, especialmente os mineiros, comercializados.

Quero aproveitar e fazer, deputado Luiz Henrique, uma ressalva quanto aos grandes problemas que estamos tendo no IMA, especialmente em nossa cidade de Patrocínio, onde temos funcionários de carreira, que dedicaram mais de 15, 20 anos a essa instituição, sendo transferidos sem a menor justificativa. Quero ressaltar a importância desse recurso, desse material humano - temos funcionários que fazem o seu trabalho com dedicação, que apresentam realmente questões como essa que V. Exa. aborda. Temos aí uma instituição que precisa realmente ser revista neste aparte. Muito obrigado.

O deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, Deiró. Antes de passar a palavra ao meu querido amigo deputado Paulo Guedes, quero falar de alguns dados quanto a essa questão fitossanitária. A banana produzida no Equador leva de 30 a 40 vezes mais defensivos agrícolas que a nossa. Então há uma preocupação muito grande de nossa parte. A princípio, os técnicos da Embrapa haviam barrado a entrada por causa de barreiras fitossanitárias: fungos, vírus e bactérias.

Então estamos, além de tudo, correndo o risco de perder o nosso bananal e gerar desemprego.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Luiz Henrique, quero parabenizá-lo pela fala e pela notícia importante de que trata seu pronunciamento: a reabertura desse importante frigorífico para o Norte de Minas Gerais e todo o nosso estado. Como o

Frigorífico Independência ficou muito tempo fechado em Janaúba, ouço e vejo com muito otimismo e alegria seu pronunciamento e a visita a seu gabinete dos novos compradores do frigorífico.

Entretanto, queria aproveitar este momento em que V. Exa. tocou em tema tão importante, a reabertura do Frigorífico Independência em Janaúba, para ressaltar e agradecer ao ex-prefeito José Benedito por uma atitude muito importante que teve. V. Exa. deve se lembrar de que, quando ainda era prefeito, ele contratou um grupo de bons advogados de São Paulo para acionar judicialmente a massa falida para permitir a divisão, a retirada do Frigorífico Independência. Eles iriam vender só se fosse toda a massa falida do Independência porque, como havia outros frigoríficos no Mato Grosso e em outras partes do País, economicamente a compra não era viável. Essa ação judicial impetrada pela Prefeitura de Janaúba, pelo então prefeito José Benedito, que depois conseguiu ganhar a liminar, permitiu que parte do Independência fosse comprada, o que veio a acontecer agora.

Quero saudar essa importante, corajosa medida do ex-prefeito, que ajudou muito para que o impasse fosse resolvido agora. Quero parabenizar a todos, especialmente o sindicato rural e seu mandato. Estivemos juntos e fizemos uma série de audiências públicas. V. Exa. esteve comigo em Janaúba, numa audiência pública, onde promovemos a reabertura da discussão de questões relacionadas ao frigorífico. Agora temos esse desfecho importante. Quero parabenizar sua atitude e fazer o registro dessa luta e dessa corajosa atitude do ex-prefeito José Benedito, que entrou na Justiça e conseguiu, por uma liminar, separar a massa falida do Frigorífico Independência, hoje Minerva. Como vários outros frigoríficos do País inteiro não tinham viabilidade econômica, não havia interessados na compra do Independência. Conseguimos separar a massa falida, e agora o Frigorífico Minerva, um dos mais importantes do País, fez essa aquisição que, com certeza, vai ajudar, e muito, a agricultura na nossa região. Parabéns, deputado.

O deputado Luiz Henrique* - O senhor tem toda a razão. Também quero cumprimentar o ex-prefeito José Benedito e ressaltar a importância da contratação dessa separação que possibilitou o arremate da massa falida do Independência pelo Minerva num leilão. Quero render minhas homenagens ao companheiro José Benedito, pois tivemos a honra de trabalhar junto com ele quando ainda era prefeito e ajudá-lo a somar esforços em prol de Janaúba e região.

Quero fazer um registro, deputado Rômulo Viegas, do que ocorreu na semana retrasada no fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, em que será instalada a nova sede da Fapemig. Foi um encontro muito bacana. Quero cumprimentar o presidente da Fapemig, Prof. Mário Neto, seu ex-colega de reitoria em São João del-Rei, que tem feito a diferença. Como já dizia nosso grande companheiro Aécio Neves, temos de olhar o retrovisor da história e lembrar que a Fapemig foi criada em 1986. Há um dispositivo constitucional, o art. 212, que faz a previsão da aplicação de 1% da receita líquida em ciência, tecnologia e inovação, somente em 2007. O ex-governador Aécio cumpriu esse dispositivo legal, e o atual governador Anastasia vem cumprindo-o também. O Estado de Minas só tem a ganhar com o cumprimento dessa obrigação constitucional.

Sabemos que um estado, um município e um país só irão evoluir de fato através da ciência, da tecnologia e da inovação.

Acreditamos firmemente nisso. Foi o que aconteceu com a União Europeia, que investe 2,3% do seu PIB em ciência, tecnologia e inovação. O Japão investe 3,2%, e a Coreia investe 4%. Temos de reconhecer que o senador Aécio é um cidadão alinhado com o futuro, contemporâneo com o futuro, ele pensa lá na frente. Eu diria que é um estadista, não é homem que pensa na próxima eleição, mas, sim, na próxima geração. E deu demonstração disso em Minas Gerais quando cumpriu esse dispositivo constitucional com a lei de inovação votada em 2008, possibilitando que ciência, tecnologia e indústria andassem juntas. Nós votamos aqui pela parceria entre o Senai e o Cetec. Não adianta fazer pesquisa sem pragmatismo, sem aplicação prática.

Portanto, quero parabenizar o Prof. Mário Neto, o secretário de Ciência e Tecnologia, Nárcio Rodrigues, o governador Anastasia e o ex-governador Aécio Neves por colocarem Minas como um dos melhores estados para se viver. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, deputados e deputadas, público presente nas galerias, imprensa. Nesta tarde gostaria de retomar o tema da questão de ordem que fiz há pouco para divulgar o Edital de Seleção Pública nº 2014/005, do BNDES e da Fundação Banco do Brasil. “Ecoforte - seleção pública de projetos de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica”, é um tema que pode parecer lateral para muitos, mas para nós que militamos no campo da agricultura familiar, da reforma agrária, dos pequenos produtores e que trabalhamos com a noção de alimentos orgânicos e de qualidade, que não usem agrotóxico na sua produção, entendemos que se trata de uma grande conquista. Há muitos e muitos anos vem-se ensaiando isso Brasil afora, e em Minas Gerais não é diferente. Temos várias experiências organizadas no Estado, a maioria ainda bastante embrionária e incipiente, de agricultores familiares ou pequenos agricultores esforçando-se para garantir produtos orgânicos e disponibilizá-los à população. Esse edital que trabalha com um volume de recursos de R\$25.000.000,00 estabelece como limite para cada projeto R\$1.250.000,00 e procura apoiar projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. As entidades habilitadas a participar são cooperativas, associações de pequenos produtores, de agricultores familiares, de extrativistas e de produtores orgânicos. Os projetos devem ter como foco a estruturação de unidades de referência relacionadas à produção orgânica, extrativista ou de base agroecológica. Os que se interessarem em acessar o edital, está disponível no *site* da Fundação Banco do Brasil, www.fbb.org.br.

A data para apresentação final dos projetos é 16/5/2014. Essa é uma grande conquista daqueles que lutam pela produção agroecológica, pela produção orgânica e pela produção extrativista. É uma oportunidade imensa para fortalecer a organização dos produtores na base, sejam eles assentados pela reforma agrária, sejam eles pequenos agricultores ou agricultores familiares.

Sr. Presidente, na tarde de ontem estive em Brasília, no Ministério da Justiça, quando me reuni com o chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp -, Dr. Marcelo Barros de Oliveira. O que me levou ao Ministério da Justiça foi uma tentativa de dar continuidade aos movimentos que estamos fazendo na cidade de Paracatu, frente à escalada da violência a que temos assistido nos últimos anos. No ano passado, tivemos 60 homicídios nesse município, que possui 85 mil habitantes. É muito fácil perceber que os dados preconizados pela segurança pública e pelos órgãos internacionais estão, em nossa cidade, Paracatu, muito

acima do tolerável. São 60 homicídios em uma população de 85 mil habitantes. Neste ano, já estamos atingindo a marca de 20 homicídios em nossa comunidade.

Há um mês tivemos em Paracatu a presença da Dra. Cássia, secretária adjunta de Defesa Social. Contamos também com representação dos comandos das Polícias Militar e Civil do Estado de Minas Gerais. Foi uma ampla reunião, que contou ainda com a presença do prefeito, de muitos vereadores, de delegados da Polícia Civil, do comando da Polícia Militar regional e local, além de representante do Conselho Municipal de Segurança Pública. Entre as medidas, algumas já estão sendo ensaiadas. A maioria das medidas anunciadas ainda não foram implementadas, mas é sabido que precisamos fazer o dever de casa. A comunidade, a cidade precisa fazer o dever de casa, que é, junto ao Ministério Público e às Polícias, especialmente junto ao Conselho Municipal de Segurança Pública, trabalhar na inteligência, processar os dados e as informações e organizar a força-tarefa prometida pelo governo do Estado chamada Operação Impacto. Seriam realizadas várias operações durante muitos meses. Esse foi o anúncio feito naquela ocasião pela secretária adjunta.

Um trabalho de inteligência é fundamental. Nesse sentido, durante essa reunião, pedimos a realização de um diagnóstico bem-feito sobre a realidade local. Nosso entendimento é de que deveríamos partir daí. O certo era nos debruçarmos sobre as informações, sobre os dados e fazermos um diagnóstico sobre quem são essas pessoas que estão sendo assassinadas. Sabe-se que há um envolvimento com o tráfico de drogas e armas. A maioria são jovens. No entanto, as informações são ainda esparsas. Elas não foram organizadas e analisadas em profundidade.

Minha ida ao Ministério da Justiça foi exatamente para buscar apoio para realização desse diagnóstico. O objetivo era discutir com o Ministério da Justiça quais as orientações, quais os entendimentos e as proposições da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça para o governo local, para as prefeituras, para as câmaras de vereadores de cada um dos municípios e para as demais organizações classistas e sociais de um determinado município. O que cada um poderia fazer? O objetivo era saber o que compete aos municípios nessa tarefa delicada e difícil de contribuir com o aprimoramento da segurança pública para os habitantes de uma determinada localidade.

Paracatu é uma cidade que sempre teve imagem de ordeira, pacífica e acolhedora. Quem já visitou Paracatu, aqui entre os colegas, sabe muito bem disso, mas ela está perdendo essas referências rapidamente.

Assistimos recentemente, no último carnaval, a uma política relacionada com o turismo, que vem sendo realizada há muitos e muitos anos por vários governos de partidos e de cores distintas, que vêm se sucedendo no Município de Paracatu. Todos eles vêm reforçando o resgate e a promoção do carnaval de rua de Paracatu. O que vimos no último carnaval foi deprimente. Eu, particularmente, há 26 anos comando um bloco de rua. Todo ano é preciso haver batedores abrindo espaço para o bloco passar, e quando nosso bloco chegou à avenida principal não havia ninguém, não havia público. Portanto, essa ação revela que a população, amedrontada, não compareceu ao carnaval, migrou para muitas outras cidades próximas ou ficou em casa, com medo. Isso é muito grave e revela, na verdade, o sentimento da população de Paracatu.

Precisamos devolver esse sentimento de segurança à população. Há muitos anos estamos tentando envolver a comunidade de Paracatu naquilo que diz respeito ao desenvolvimento sustentável local, mas é bem verdade que não estamos tendo sucesso.

Para promover o desenvolvimento sustentável local é necessária organização e envolvimento da comunidade nos seus diversos segmentos. Chegamos a realizar um plano de desenvolvimento para os próximos 30 anos, e esse plano está engavetado há 3, 4 anos. Não foi realizada praticamente nenhuma das ações preconizadas pelo plano de desenvolvimento local. O interessante é que as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública propostas aos municípios vão na mesma direção. Elas não têm alternativas. A comunidade deve se organizar assumindo para si parcela da responsabilidade de promover esse sentimento de segurança pública, é claro, aliada à Polícia Civil, à Polícia Militar ou ao Ministério Público. A tarefa de processar as informações, de entender o que está acontecendo na cidade e de desfêr ações voltadas para recompor, para reconquistar as referências maiores de um povo civilizado, de um povo culto e de um povo ordeiro deve ser promovida conjuntamente.

A prefeitura, a câmara de vereadores, a associação comercial e industrial e diversas outras organizações são fundamentais nesse esforço. Estamos agendando para as próximas semanas uma visita. Com uma comitiva de Paracatu, vamos ao Ministério da Justiça colher orientações sobre o que deve ser feito para que essa sociedade se organize e recupere a noção, o sentido, o sentimento de segurança pública que nos escapou nos últimos anos.

Queremos ainda, Sr. Presidente, apresentar um requerimento, que estamos protocolando na Mesa. Estamos propondo se formule voto de congratulações aos gestores das organizações indicadas como finalistas no 1º Prêmio Objetivo do Milênio de Minas Gerais.

Temos na nossa região três projetos: o programa Integrar, no eixo Educação, da Kinross Brasil Mineração, mineradora de ouro de Paracatu; o projeto de turismo ecocultural de base comunitária no Mosaico Grande Sertão Veredas Peruaçu, promovido pelo Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão, no Município de Chapada Gaúcha - aproveito a oportunidade para mandar um abraço à Damiana, apresentar nossas congratulações a todos os que militam no sertão roseano do Vale do Rio Urucuia e parabenizá-los por essa conquista; e o projeto Sustentabilidade com Unidades de Captação, Melhor Destino das Águas Fluviais, do Instituto de Pesquisa e Estudos de Lassance. É importante dizer que esses indicadores dos Objetivos do Milênio têm sido um esforço para o Brasil, que vem se posicionando muito bem. Esperamos que com Minas Gerais não seja diferente. Esses indicadores dizem respeito a uma vida de melhor qualidade, uma vida cidadã, uma vida digna para todos os mineiros.

Por fim, Sr. Presidente, agradecemos a oportunidade. Acompanharemos a premiação dos ODMs até a sua conclusão porque esse assunto é de grande interesse para todos os que militam em prol da cidadania no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Glaycon Franco* - Obrigado, Sr. Presidente. Demais deputados e distinto público que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia, o que me faz ocupar esta tribuna nesta tarde são dois assuntos. Um deles é a duplicação da BR-040. Nós, no ano passado, encaminhamos um ofício à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Já que iam fazer a licitação da rodovia, pedimos que fosse usado o critério da prioridade somente para aqueles trechos onde ocorre o maior número de acidentes com vítimas fatais.



Recebemos, na época, o apoio de vários deputados desta Casa, de vários prefeitos, das minhas queridas regiões do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, e da minha querida cidade natal, Conselheiro Lafaiete. Aliás, até mesmo de juizes, promotores, deputados federais e estaduais votados em nossa região.

Recebemos o comunicado, a resposta da ANTT, falando que a duplicação ficaria a critério da empresa vencedora do leilão, ou seja, da licitação. Tão logo tomamos conhecimento da empresa que ganhou a licitação, a Invepar, por nossa iniciativa, do nosso promotor de justiça e coordenador dos trabalhos da regional de Conselheiro Lafaiete, Dr. Glauco Peregrino, e do prefeito de Conselheiro Lafaiete, Ivar de Almeida Cerqueira Neto, encaminhamos ofício à Invepar, a fim de que ela atentasse para essa prioridade, porque é inadmissível deixarmos a critério de uma concessionária o interesse público. Então, por meio do Ofício nº 1/2014, tentamos sensibilizar o seu presidente. Nós o encaminhamos ao Sr. Gustavo Nunes da Silva Rocha, diretor-presidente da Invepar, pedindo prioridade para esses trechos mais críticos da BR-040.

Eu poderia trazer para os senhores dados alarmantes. Deputado Rômulo Viegas, para o senhor ter uma noção, no trecho de 18Km, que abrange Conselheiro Lafaiete e Congonhas do Campo, de novembro de 2012 a outubro de 2013, tivemos 277 acidentes com vítimas feridas. Acidentes fatais foram 159. Isso, por si só, justifica nossa preocupação. Assim, estamos tentando sensibilizar a Invepar.

Na semana passada, tivemos conhecimento, por meio da imprensa, mais precisamente do jornal *Hoje em Dia* do dia 19 de março, que a empresa que conduzirá os trabalhos, no trecho da BR-040, na nossa região, será a Concessionária BR-040, uma empresa controlada pela Invepar. O seu presidente, Sr. Túlio Abi-Saber, deu uma entrevista a esse jornal dizendo que, provavelmente, a recuperação estrutural e a duplicação irá começar pelo trecho que fica na divisa entre Minas e Goiás. Ele entende que lá será mais fácil conseguir as licenças ambientais, com isso conseguirá atingir mais depressa os 10% para que possa cobrar o pedágio.

Portanto, gostaríamos de deixar registrado aqui, se isso for verdade, nosso repúdio e nosso clamor, porque é inadmissível ser usada como critério a questão do pedágio, a questão do poder financeiro, em detrimento dessas vítimas, desse povo tão sofrido que margeia a BR-040 e que vem sofrendo perdas caras para as famílias do Vale do Paraopeba e do Vale do Piranga. Então gostaria de deixar, mais uma vez, registrada minha tristeza, porque não é de hoje que luto, desta tribuna, pela BR-040. Presido a frente parlamentar da BR-040, e não é de hoje que estamos ocupando esta tribuna para dizer que esse edital foi mal elaborado. Ele não priorizou a questão humana, a questão da vida.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Glaycon Franco, vendo V. Exa. na tribuna, quero compartilhar desse sentimento que traduz os investimentos e as melhorias na BR-040 que atendem toda a região da nossa grande Conselheiro Lafaiete, e V. Exa. tem se destacado e desdobrado para representá-la com muito orgulho nesta Casa. Mais que compartilhar esse sentimento, quero, de viva voz, dar o meu testemunho do quanto V. Exa. tem batalhado para que isso se torne realidade. Por se tratar de uma BR, dependemos das ações do governo federal. Contudo, sempre ficaram registradas a interferência e a preocupação de V. Exa., além da condução dos trabalhos da frente parlamentar da BR-040.

Estamos caminhando para as renovações na Casa, com a volta dos secretários. V. Exa. ocupa essa cadeira até o presente momento, mas na semana que vem o titular retornará. Ao encerrar essa parte do trabalho no Legislativo mineiro - digo essa parte porque acredito muito que V. Exa. continuará como titular da cadeira no próximo mandato, em decorrência das suas ações em prol não somente da BR-040, mas do atendimento aos municípios, às suas bases eleitorais -, parabeno-o por tudo que conquistou e realizou nesta Casa. Dou testemunho muito pessoal da nossa atuação conjunta na Assembleia mineira. V. Exa. carrega consigo duas grandes formas que fazem com que o ser humano se manifeste ao seu semelhante: humildade e capacidade. Muitas vezes a humildade é confundida, porque a pessoa que a detém se cala em alguns casos, não briga, perdoa, deixa de opinar por não querer demonstrar insatisfação, mas, no momento certo, conversa e demonstra os seus porquês. Isso ocorreu na quarta-feira passada, ocasião em que estava na tribuna dirigindo a palavra aos mineiros. Em razão de algo que aconteceu fora do ambiente, V. Exa. imediatamente pediu o encerramento, de plano, da reunião. Grandeza, nobreza, comprometimento com a Casa foi o que V. Exa. demonstrou nesse dia.

Presidente Adelmo, estamos na última semana de trabalho do deputado Glaycon. Resta-nos parabenizá-lo pela participação e pelo trabalho nesta legislatura. Parabéns a Conselheiro Lafaiete, que escolheu V. Exa. como majoritário, o mais votado. Rogo a Deus que continue abençoando seus passos para que eles se traduzam cada vez mais em obras e conquistas para toda a região que V. Exa. representa com muito brilhantismo aqui no Parlamento mineiro. Finalizando, quero dizer que V. Exa. se tornou um amigo, um companheiro presente nos debates e nas votações. Realmente, V. Exa. é um deputado exemplar, que deixará saudade, mas retornará para cumprir a sua meta. Parabéns, amigo deputado Glaycon Franco.

O deputado Glaycon Franco* - Obrigado, deputado Duarte Bechir.

Sr. Presidente, gostaria de abordar outro tema: a Copa do Mundo. Em 2007, quando conquistamos o direito de trazê-la para o Brasil, fiz algumas reflexões porque achava que aquele ainda não era o momento para que esse evento ocorresse no País.

Apesar de amante do futebol, de ser um desportista, de ter participado de campeonatos em minha cidade e de ter defendido as cores do meu time na minha querida Conselheiro Lafaiete, achava que teríamos de ter outras prioridades e dar outros passos para um dia podermos almejar a Copa do Mundo novamente em nosso país.

Em 1950, quando tivemos a Copa - e hoje inúmeras pessoas, a grande maioria da população sonha com essa realidade -, sonhávamos um dia poder participar, presenciar de perto em nossos campos, nos campos de Minas, nos campos do Brasil a Copa do Mundo. À época, entendíamos que deveríamos ter alguns outros investimentos na saúde, na educação, na mobilidade urbana, na segurança, mas fomos convencidos de que tínhamos sete anos pela frente e que esses índices seriam alcançados, que através da Copa do Mundo conseguiríamos avançar em saúde, segurança, mobilidade, infraestrutura, porque isso seria um mote, uma mola propulsora para conseguirmos avançar nesses quesitos, tão caros para a sociedade brasileira.

Agora, às portas da Copa do Mundo, resolvi fazer levantamentos dos dados dos avanços do Brasil e pude constatar que aquelas inquietações, aqueles receios, aquelas minhas reflexões, infelizmente, estavam corretas. Peguei alguns dados do Tribunal de Contas da União em audiência pública realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado no último dia 11 de março e fiquei

bastante temeroso e indignado. Alguns dados vou passar aos senhores. Total de ingressos disponibilizados: 3.334.000; 2.500.000 já foram vendidos, sendo 1.500.000 ao público em geral. Para o cidadão comum isso demonstra a dificuldade que é adquirir os ingressos. Desses, 43% já foram vendidos para estrangeiros. Apenas 57% para os brasileiros.

Então, hoje é uma dificuldade ingente você conseguir o ingresso, principalmente as pessoas que sempre participaram dos campos, dos gramados, dos estádios. Ou seja, estamos com a Copa do Mundo em um país considerado a pátria de chuteiras, mas que, infelizmente, a grande massa, o povo brasileiro não vai ter acesso aos ingressos.

Para vocês terem ideia, deputado Duarte Bechir, deputado Gustavo Valadares, nobre presidente, em relação aos estádios, o Brasil está com 66% das obras prontas. Nesse mesmo período, em 2006, na Alemanha, 100% dos estádios já estavam prontos; e, em 2010, na África do Sul, 80%. Faltam quatro estádios para concluir suas obras: Manaus, Cuiabá, Curitiba e São Paulo.

Em 2007 previa-se um gasto de R\$2.600.000.000,00 com estádios e R\$7.900.000.000,00 com infraestrutura. Hoje a inversão é enorme. Gastaram-se R\$8.000.000.000,00 com estádios e apenas R\$2.700.000.000,00 com infraestrutura. Portanto, naquela preocupação nossa, naquele nosso anseio à época fomos convencidos de que as grandes obras de infraestrutura compensariam os desgastes. A falta de investimentos nos estádios mostra que estávamos com razão. Apenas R\$2.700.000.000,00 foram investidos até hoje em infraestrutura.

Segundo balanço da execução da Copa, o grande legado desse evento não chega a 50%. Em segurança, senhores, do orçamento de R\$1.600.000.000,00, apenas R\$411.600.000,00 já foram contratados, e, destes, somente R\$266.000.000,00 foram efetivamente executados. Ou seja, pouco mais de 1/10 do valor. Essa é uma preocupação muito grande, porque sabemos que o risco de atentados nos países que sediam a Copa é enorme. Para os senhores terem uma base, nas ações de turismo, dos R\$212.000.000,00 previstos, nem R\$0,01 foi liberado até hoje. Segundo a matriz de investimentos apresentados em setembro de 2013, o total de obras ficaria em torno de R\$25.400.000.000,00. Destes, R\$8.200.000.000,00 seriam de financiamentos públicos pelo BNDES e outros, R\$5.700.000.000,00 em investimentos diretos da União, R\$7.800.000.000,00 aplicados por estados e municípios-sedes e apenas R\$3.700.000.000,00 da iniciativa privada.

Então, pelos dados do Tribunal de Contas da União, aquele discurso feito anteriormente dizendo que as grandes obras, as reformas dos estádios, os melhoramentos seriam, em sua grande maioria, realizados pela iniciativa privada, cai por terra. A matriz chegou a trazer uma lista de 51 projetos de mobilidade urbana que deveriam estar prontos até o início da Copa, mas hoje existem apenas 35 obras na relação. Dos 31 projetos que contam com recursos da Caixa, apenas um está 100% concluído, de acordo com o Tribunal de Contas da União. Outros 5, 16% do total, ainda não haviam começado até o início de janeiro, e 13, 42% do total, estavam com menos de 50% do cronograma financeiro executado. Excluindo as obras que os governos já desistiram de entregar e foram retiradas do documento, a execução do legado de mobilidade urbana da Copa está em 56,2%, de acordo com o Tribunal de Contas da União.

Na área de telecomunicações, dos R\$200.100.000,00 de investimentos previstos pela Telebras, apenas 38% já foram executados até o início do ano. Dos R\$171.000.000,00 do orçamento da Anatel, apenas 39% foi desembolsado. Entre os portos, apenas uma obra foi entregue. A do porto do Rio de Janeiro foi excluída do projeto, e a reforma do porto de Manaus está apenas com 4,4% de execução e não ficará pronta até a Copa. Quanto aos aeroportos, o atraso também é evidente. De 22 intervenções, segundo o Tribunal de Contas da União, 9 ainda não foram entregues até fevereiro. Em 5 delas a execução financeira da obra não chegou a 50%.

Esses são dados do Tribunal de Contas da União, que nos preocupam e nos deixam bastante angustiados. Sonhávamos com a Copa do Mundo no Brasil, mas com uma Copa em que pudéssemos dar totais condições de segurança, não só ao povo brasileiro, mas aos nossos turistas estrangeiros. Mas, infelizmente, essa não é a realidade que se constata por meio dos dados.

Para terminar, Sr. Presidente, concederei aparte ao nobre deputado Gustavo Valadares, meu amigo. Em seguida, concederei também um aparte ao deputado Paulo Guedes e encerrarei.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sr. Presidente, agradeço-lhe pela concessão desse tempo a mais no pronunciamento do deputado Glaycon Franco para que eu e o deputado Paulo Guedes fizéssemos nosso aparte. Agradeço ao deputado Glaycon Franco o aparte concedido.

Queria apenas deixar um testemunho, como colega que fomos ao longo dos últimos dois anos, deputado Glaycon, na Assembleia Legislativa. Todos os parlamentares desta Casa tiveram a grata satisfação de conhecer V. Exa., sua seriedade, a forma responsável com que trata e faz política, a maneira aguerrida com que defende suas convicções, em especial a sua região e a sua cidade, Conselheiro Lafaiete.

Gostaria de dar meus parabéns à população daquela cidade por ter mandado V. Exa. para o nosso convívio e para o dia a dia dos trabalhos da Assembleia Legislativa como seu representante. V. Exa. cumpriu e cumpre bem o seu papel. Gostaria de lhe deixar um até breve. V. Exa., a partir da semana que vem, irá se licenciar do cargo de deputado da Assembleia Legislativa, mas continuará se dedicando às causas nobres daquela região, em especial de Lafaiete. Eu tenho certeza de que, a partir de 1º de fevereiro do próximo ano, estará aqui novamente, de maneira efetiva, para cumprir os quatro anos do próximo mandato na próxima legislatura.

Parabéns a V. Exa. pelo trabalho. Ganhei um amigo na Assembleia Legislativa. Sou admirador do seu trabalho, da forma responsável e séria com que conduz sua política e sua vida pública. Parabéns. Sucesso na sua vida. Até breve.

O deputado Glaycon Franco* - Obrigado, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Glaycon, primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho feito nesta Casa. Desejo muito sucesso na sua nova empreitada política.

Neste momento, quero discordar de V. Exa. quanto à Copa do Mundo e ao reportar-se a algumas notícias publicadas na imprensa nacional. Diria, hoje, Glaycon, que essa grande mídia trabalha escancaradamente contra o Brasil. Lembro-me, deputado Adelmo Carneiro Leão, de que nas outras copas que ocorreriam, a dos Estados Unidos, a da Espanha, a da França, um ano antes, a Globo e os grandes meios de comunicação transformavam a Copa daqueles países no maior evento do mundo. Depois de 63 anos, quando o Brasil volta a realizar uma Copa do Mundo - o presidente Lula conseguiu se organizar, colocar as contas em dia, pagar o FMI, ter superávit primário, gerar 22 milhões de emprego com carteira assinada -, de repente a grande mídia, a Rede Globo, a *Folha de*



S.Paulo, o *Estadão*, a *Veja*, que sempre criticaram o País por não ter condições de realizar um grande evento, querem vender para o cidadão a imagem de que o País está um caos.

Os mandatários da mídia deveriam sair dos seus palácios e conhecer o Brasil real, o Brasil que acontece, ir às comunidades rurais, visitar o interior deste país e ver a transformação que aconteceu nos últimos 10 anos: a melhora significativa do salário-mínimo, que não podia chegar a US\$100,00 no governo deles, mas que hoje vale quase US\$400,00; a geração de 22 milhões de empregos com carteira assinada; o ProUni; o Fies; o Luz para Todos; os programas sociais; o Minha Casa, Minha Vida. Conseguimos mudar a realidade do povo brasileiro. Hoje, 40 milhões de pessoas que viviam na profunda pobreza passaram para a classe média, são consumidores, têm acesso ao crédito, podem financiar seu carro, sua moto, sua geladeira, sua televisão nova. A grande imprensa esconde isso.

Vamos fazer uma grande Copa do Mundo. Construimos 12 estádios, e a imprensa fala que é dinheiro público. Os estádios são financiamentos do BNDES, de empresas privadas. As empresas que estão fazendo os estádios vão pagar. O governo está financiando os estádios por meio do BNDES. O Mineirão é um caso desses. Por sinal, a sua reforma ficou muito boa.

O Brasil não prestava porque os estádios eram uns cacos, antigos caldeirões. Hoje a imprensa critica porque temos belíssimos estádios, como o Mané Garrincha, o Maracanã, o Mineirão, a Fonte Nova. Não entendo. Se não se faz, critica; se se faz, criticam também. Querem transformar a Petrobras, que valia R\$14.000.000.000,00 quando o Lula assumiu, num grande problema. Nunca se investiu tanto nessa empresa, foram mais de R\$300.000.000.000,00. As ações estão se recuperando a cada dia e vão voltar à normalidade, porque o mercado especulou, especulou, mas não aguentou mais. A especulação parou porque não aguentaram mais especular. E agora as coisas estão voltando ao normal no que se refere à Petrobras.

Portanto, deputado Glaycon Franco, quero dizer que estou muito otimista com o País. Não devemos nos nortear pelo que a Rede Globo e a Miriam Leitão dizem. Todos os dias, pregam a catástrofe. Se fôssemos ouvir a Globo, o jornal da Globo e seus comentaristas, bem como os da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão*, este País já teria acabado nos últimos 10 anos. Na visão deles, isso aqui é uma terra arrasada. Mas isso era na época deles, há 10 anos, quando o País vivia no caos profundo, na recessão, nas dívidas interna e externa, de pires na mão para o FMI, na pobreza extrema, com desemprego, fome e miséria. Do governo Lula para cá, conseguimos recuperar tudo isso, bem como a autoestima do brasileiro. Hoje o filho do trabalhador rural pode estudar com o Fies, com o ProUni. Estamos enfrentando um grave problema na saúde, mas ele pode ser atendido pelo programa Mais Médicos.

Não entendo onde está o caos, que só está na cabeça de meia dúzia de tucanos e dessa mídia que fez fortuna, que construiu impérios, como a Globo e companhia limitada, às custas da repressão e em acordos com a ditadura militar. Agora voltaram até a pregar a volta da ditadura militar. Estão fazendo manifestações. Vejam a que ponto chegamos. Um comentarista da Globo escreveu um artigo defendendo o Golpe Militar, tamanho é o desespero dessa mídia nacional, que caiu no descrédito. Mas a população sabe muito bem diferenciar o que é verdade é o que é fato. E, contra os fatos, presidente Adelmo, não há argumentos.

Mudamos o Brasil para melhor, e, graças a Deus, temos muito a comemorar pelos avanços que conseguimos no País, pelas políticas públicas lideradas pelo presidente Lula e agora pela presidente Dilma. Muito obrigado, deputado Glaycon Franco pelo aparte.

O deputado Glaycon Franco* - Obrigado, Paulo Guedes. Comungo com V. Exa. no que se refere ao repúdio às manifestações pró-Golpe Militar. São um absurdo manifestações nesse sentido.

É bom ressaltar e deixar registrado que esses dados, Sr. Presidente, são do Tribunal de Contas da União, expostos em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, no dia 11 de março.

Para encerrar, Sr. Presidente: para se ter uma noção de como a BR-040 tem trazido transtornos à alma do povo mineiro, em especial da minha querida região do Alto do Paraopeba, em cidades como Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas e as demais que compõem a nossa região, ela está servindo até de inspiração para os nossos poetas, como mostra o poema, em forma de reza, do meu querido amigo, Jair Dias da Silva Filho, grande poeta da minha cidade natal de Conselheiro Lafaiete. (- Lê:) "Só rezando / Poderoso Dnit que estais em Brasília, / santificadas sejam as vossas ações, / venha a nós os vossos serviços, / seja cumprida a vossa obrigação, / assim nos buracos como nas estradas. / A segurança das nossas vidas / dai-nos na BR-040 de Lafaiete a BH, / perdoai-nos as nossas reclamações, / assim como nós perdoamos em não ser atendidos, / e não nos deixeis morrer nesse trecho assassino, / mas livrai-nos desse mal em todas as estradas. / Amém."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/3/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando, a partir de 31/3/2014, Débora da Silva Santana do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/3/2014, Vitor Vinicius da Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Vitor Vinicius da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando, a partir de 31/3/2014, Grazielle Augusta Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;



nomeando Carls Macks Coelho de Souza Batista para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;
nomeando Grazielle Augusta Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Rosana Pereira Lucena para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando, a partir de 31/3/2014, Josimara Daniela de Almeida Alves Paiva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Marcos José de Paiva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Ramon Carlos Pinheiro de Lacerda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 31/3/2014, Barbara Aline Correia de Sousa Jardim do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Vice-liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Gabriela Dulgheroff Novais para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Romel Anízio, Vice-líder do Bloco Avança Minas.